
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

PATRÍCIA ADRIANA ABDALLA

**A OFERTA EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: UM ESTUDO DOS CONVENIAMENTOS EM
MUNICÍPIOS PEQUENOS DO INTERIOR PAULISTA**



Rio Claro
2011

PATRÍCIA ADRIANA ABDALLA

**A OFERTA EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UM ESTUDO DOS CONVENIAMENTOS EM MUNICÍPIOS
PEQUENOS DO INTERIOR PAULISTA**

Orientador: Prof.^a Dr.^a Raquel Fontes Borghi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau
de Licenciado Pleno em Pedagogia.

Rio Claro
2011

379.81 Abdalla, Patrícia Adriana
A135o A oferta educacional na educação infantil: um estudo dos
conveniências em municípios pequenos do interior paulista /
Abdalla, Patrícia Adriana. - Rio Claro : [s.n.], 2011
105 f. : il., gráfs., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura -
Licenciatura Plena em Pedagogia) - Universidade Estadual
Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Raquel Fontes Borghi

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Política educacional. 3.
Creche conveniada. 4. Parceria público-privada. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José Eduardo e Lourdes, pelo amor, apoio e força que sempre me deram, nas horas fáceis e difíceis dessa longa jornada, e pelo incentivo pelos estudos. A minha querida irmã Ana Paula, companheira de universidade e de curso, que sempre me ajudou e estimulou, de ajudou a ter paciência e pelo auxílio em todos os momentos.

A Prof.^a Dr.^a Raquel Fontes Borghi, pela orientação nesse trabalho, pela simpatia, calma, incentivo, amizade e carinho dedicados a mim.

Aos colegas do GREPPE, pelas contribuições acadêmicas e pessoais, tanto em reuniões, eventos, como no dia-a-dia.

As minhas amigas Ana Beatriz, Suelen, Michele, Ana Claudia e Vanessa, parte importantíssima dessa jornada, que sempre me ouviram, me aconselharam, me “aguentaram” nas horas difíceis e riram comigo nas horas alegres, que me acompanharam em festas, em trabalhos, em passeios e deixaram sua marca bem registrada: a da verdadeira amizade. Ao Ardiles, companheiro de reuniões, de risadas, de mil conselhos. Ao Fernando, amigo de uma década, que sempre acreditou no meu potencial e vivenciou comigo toda essa experiência. Sem vocês, nada disso teria sido tão divertido, tão aproveitado, tão cheio de arte e de charme. Vocês provaram que ser amigo não é somente dizer palavras boas, mas dizer a verdade quando necessária, de dar uma bronca quando você está seguindo o caminho errado, e estar junto independente de qualquer coisa, pois esses são os verdadeiros amigos: aqueles que nos aceitam do jeito que somos e que se importam conosco acima de qualquer coisa.

Ao meu querido amigo Eduardo Jacucci (*in memoriam*), que vibrou com a minha entrada na Universidade por sempre acreditar em mim, e em qualquer lugar que ele esteja também comemora essa conquista.

Ao Marcos e Abigail Hermínio, pelo incentivo, conselhos na vida universitária, sem esquecer paciência e as correrias para que tudo estivesse pronto no prazo.

Aos meus colegas de classe, pelos exemplos de vida, pela companhia, pelas festinhas, pelas conversas e desabafos, com o qual aprendi muito, diante de tanta diversidade de pessoas e idéias, que levarei para a vida inteira.

Ao projeto de extensão “Preserve o Planeta Terra”, que me acolheu durante os quatro anos de universidade, onde o conhecimento, o respeito, e o

amor ao próximo cada vez mais estiveram em mim. Sem vocês, a prática pedagógica não teria valido a pena, as corridas para não perder o ônibus não seriam tão divertidas, e as aulas ministradas não seriam tão interessantes.

A Fundação de Apoio e Amparo à Pesquisa (Fapesp), pelo financiamento dessa pesquisa.

A todos que torceram pelo meu sucesso, que acreditaram em mim, o meu muito obrigado. Sem vocês e todos esses momentos, nada disso seria possível e não se tornaria tão prazeroso e inesquecível como se tornou.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”

Paulo Freire

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APMIAD – Associação de Proteção da Maternidade, à Infância e a Adolescência de Dracena

CF - Constituição Federal

DEM - Democratas

DNCr - Departamento Nacional da Criança

EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil

EMEF - Escola Municipal de Ensino Infantil

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GREPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático do Brasil

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PP – Partido Progressista

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

RE – Rede Estadual

RM – Rede Municipal

RP – Rede Privada

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

UNICEF – United Nations Children’s Fund – (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

N - Norte

NE - Nordeste

L - Leste

S - Sul

O - Oeste

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICOS

Gráfico 01: Ano de integração das creches no sistema de ensino municipal.....	84
Gráfico 02: Número de instituições conveniadas nos municípios.....	86
Gráfico 03: Tipo de instituições conveniadas.....	87
Gráfico 04: Ano do início das parcerias.....	88
Gráfico 05: Tipo de subsídio.....	90
Gráfico 06: Justificativas para opção pela parceria público-privada.....	92
Gráfico 07: Matrículas públicas em creche pós Fundeb.....	93
Gráfico 08: Matrículas públicas em pré-escola pós Fundeb.....	94
Gráfico 09: Matrículas privadas em creche pós Fundeb.....	94
Gráfico 10: Matrículas privadas em pré-escola pós Fundeb.....	95

TABELAS

Tabela 01: Matrículas no ensino infantil no município de Araçariguama (2000/2010).....	28
Tabela 02: Matrículas no ensino infantil no município de Areiópolis (2000/2010).....	30
Tabela 03: Matrículas no ensino infantil no município de Barra Bonita (2000/2010).....	33
Tabela 04: Matrículas no ensino infantil no município de Bastos (2000/2010).....	35
Tabela 05: Matrículas no ensino infantil no município de Caconde (2000/2010).....	36
Tabela 06: Matrículas no ensino infantil no município de Cajuru (2000/2010).....	38
Tabela 07: Matrículas no ensino infantil no município de Casa Branca (2000/2010).....	40
Tabela 08: Matrículas no ensino infantil no município de Cerqueira César (2000/2010).....	42
Tabela 09: Matrículas no ensino infantil no município de Charqueada (2000/2010).....	44
Tabela 10: Matrículas no ensino infantil no município de Chavantes (2000/2010).....	46

Tabela 11: Matrículas no ensino infantil no município de Cravinhos (2000/2010).....	48
Tabela 12: Matrículas no ensino infantil no município de Descalvado (2000/2010).....	50
Tabela 13: Matrículas no ensino infantil no município de Divinolândia (2000/2010).....	52
Tabela 14: Matrículas no ensino infantil no município de Dracena (2000/2010)...	54
Tabela 15: Matrículas no ensino infantil no município de Espírito Santo do Pinhal (2000/2010).....	56
Tabela 16: Matrículas no ensino infantil no município de Fartura (2000/2010)....	58
Tabela 17: Matrículas no ensino infantil no município de Garça (2000/2010).....	59
Tabela 18: Matrículas no ensino infantil no município de General Salgado (2000/2010).....	61
Tabela 19: Matrículas no ensino infantil no município de Guapiaçu (2000/2010).....	63
Tabela 20: Matrículas no ensino infantil no município de Ibitinga (2000/2010)....	65
Tabela 21: Matrículas no ensino infantil no município de Igaraçu do Tietê (2000/2010).....	67
Tabela 22: Matrículas no ensino infantil no município de Itaberá (2000/2010)....	69
Tabela 23: Matrículas no ensino infantil no município de Itirapina (2000/2010)...	71
Tabela 24: Matrículas no ensino infantil no município de Ituverava (2000/2010).	73
Tabela 25: Matrículas no ensino infantil no município de Jacupiranga (2000/2010).....	74
Tabela 26: Matrículas no ensino infantil no município de José Bonifácio (2000/2010).....	76
Tabela 27: Matrículas no ensino infantil no município de Juquitiba (2000/2010)..	78
Tabela 28: Matrículas no ensino infantil no município de Lucélia (2000/2010)....	80
Tabela 29: Dados gerais das parcerias público privado.....	85
Tabela 30: Subsídios das parcerias público-privado.....	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 - EDUCACAO INFANTIL	19
1.1 - HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	19
1.2 - FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS CONVENIOS.....	25
2 - CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	28
2.1 - CARACTERIZAÇÃO GERAL.....	28
2.2 - SOBRE OS MUNICÍPIOS	28
3 – TENDÊNCIAS MUNICIPAIS	82
3.1 - AS PARCERIAS.....	82
3.2 - ANO DE INTEGRAÇÃO DAS CRECHES NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO	84
3.3 - CONVÊNIOS	85
3.4 - NUMERO E TIPO DE INSTITUICOES CONVENIADAS	86
3.5- ANO DE INICIO DAS PARCERIAS.....	88
3.6- SUBSIDIOS	89
3.7- JUSTIFICATIVAS	92
3.8- MATRICULAS PÓS FUNDEB	93
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101

RESUMO

Esta pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), tem como objeto de estudo as parcerias entre o público e o privado realizadas por municípios paulistas para a oferta educacional na educação infantil. O estudo é parte integrante da pesquisa *“A oferta educacional na educação infantil: arranjos institucionais entre o público e o privado”* coordenada pela professora Raquel Borghi e financiada pelo CNPq. O objetivo geral é identificar, mapear e analisar os arranjos institucionais firmados entre municípios paulistas pequenos e instituições privadas para o atendimento educacional em creches e pré-escolas. O estudo foi realizado com uma amostra de 50% dos 56 municípios pequenos (de 10.001 a 50.000 hab.) que declararam possuir parcerias para a oferta de educação infantil, e que constam do banco de dados da pesquisa *“Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise das parcerias público-privadas no Estado de São Paulo”* (ADRIÃO, coord., 2009). Foi realizado levantamento junto aos municípios selecionados, tendo em vista o recolhimento de informações como ano de integração das creches aos respectivos sistema de ensino, justificativa para a opção pelo convênio, formato da subvenção publica as instituições privadas, tipo de instituição como *Stricto Sensu* (SS), ONG's, fundações, filantrópicas, OSCIP's entre outros. O desenvolvimento do estudo vai requerer, ainda, o levantamento e a análise de produções teóricas relativas ao financiamento e à oferta da educação infantil.

Os resultados evidenciam que os convênios, legitimados pela atual legislação e impulsionados tanto pela esfera pública e/ou privada, estão em expansão, e em alguns municípios representam a única forma de atender a essa faixa etária, mostrando o equívoco de muitos municípios de aderir a esse tipo de atendimento municipal.

Palavras-chave: Política educacional; Educação infantil; creche conveniada; parceria público-privada.

INTRODUÇÃO

Este estudo é parte integrante do projeto de pesquisa “A Oferta Educacional na educação infantil: Arranjos Institucionais entre o Público e o Privado”.¹ A pesquisa citada objetivou identificar e discutir os arranjos institucionais firmados entre o poder público e instituições privadas para a oferta educacional em creches, nos 136 municípios paulistas que declararam possuir parcerias para a oferta de vagas na educação infantil, e que integram o banco de dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise das parcerias público-privadas no Estado de São Paulo” (ADRIÃO, 2009).² O banco, intitulado “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”, identifica 136 municípios que estabeleceram convênios com instituições privadas para a oferta da primeira etapa da educação básica até o ano de 2009. Destes 136 municípios, foram selecionados para este estudo uma amostra de 50% dos municípios que apresentam de 10.001 a 50.000 habitantes, num total de 28 municípios. O objetivo geral foi mapear, caracterizar e analisar os arranjos institucionais firmados entre estes municípios paulistas e instituições privadas para o atendimento educacional em creches e pré-escolas.

As informações contidas no Banco de Dados resultante da pesquisa acima citada evidenciaram uma ampliação das parcerias realizadas entre o Poder Público Municipal e instituições privadas na área educacional, no período entre 1996 a 2007, confirmando a hipótese daquela pesquisa de que o processo de municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo ampliou o número de parcerias/convênios entre o setor público e privado nas etapas e modalidades de ensino sob responsabilidade municipal. (ADRIÃO, 2009).

Essa pesquisa identificou novos arranjos institucionais no que concerne ao público e ao privado na oferta educacional. Borghi, (2009) cita o Programa Bolsa Creche de Piracicaba e Hortolândia, que inova o modelo tradicional de parcerias, pois inclui a subvenção pública a instituições privadas com fins lucrativos. Outra ruptura com o modelo tradicional é o fato das matrículas do Programa Bolsa

¹ Coordenada pela Prof^a Dr^a Raquel Fontes Borghi e financiada pelo CNPq.

² Estratégias municipais para a oferta da Educação Básica: Análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo” coordenada pela Profa Dra Theresa Adrião (UNICAMP) e composta também pelas Profas. Dras. Raquel Borghi (UNESP/RC); Teise Garcia (USP/RP) e Lisete Arelaro (FEUSP), além de alunos de graduação e pós-graduação das três universidades citadas.

Creche de Piracicaba, inclusive das escolas privadas *stricto sensu*, serem contabilizadas como públicas, conforme aponta estudo de Domiciano (2009).

Historicamente, o caráter assistencialista marcou a formação das creches no Brasil. Domiciano (2009) aponta que, com fundamento no pensamento de Pestalozzi e Froebel, por exemplo, as creches, se formaram para atender aos cuidados das crianças, relativamente oriundas de famílias carentes. Geralmente, esse atendimento era feito pelas mulheres, que por conter esse “instinto maternal”, poderiam cuidar melhor e dar melhor assistência aos que seriam ali atendidos.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a educação infantil é tida como um dever do Estado e direito de todas as crianças entre 0 e 6 anos³. Para Campos (1998), isso representou uma legitimidade legal obtida com relação a esse atendimento. Entretanto, sua manutenção tem sido difícil, uma vez que sempre se buscam medidas para retirar essa obrigação do Estado. A Emenda Constitucional n.º 14/96, por exemplo, aprovou a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que priorizou o financiamento do ensino fundamental.

Segundo Borghi (2009) o atendimento em creches tem o seu início a partir não só de iniciativas do poder público, mas também das próprias comunidades, principalmente em instituições comunitárias, filantrópicas e assistenciais. Essas instituições privadas tradicionalmente recebem subsídios públicos, razão pela qual o Estado, aparece como indutor da proliferação de convênios entre a esfera pública e a privada, conforme assinalam Borghi, Adrião, Arelaro (2009). Para as autoras, esse formato de oferta implicava ou na total ausência de atendimento público à faixa etária ou na coexistência de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos subsidiadas por recursos públicos.

Dessa forma, se vê várias experiências de programas municipais de apoio e financiamento a instituições privadas, sejam elas denominadas comunitárias, filantrópicas ou confessionais. Borghi (2009) afirma que algumas grandes cidades, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, mantêm parcerias com instituições mediante convênios firmados com o município para com

³ Conforme a Lei n.º 11.114, de 16 de maio de 2005 e, posteriormente, pela Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, a educação infantil não atenderá mais às crianças com 6 anos de idade, conforme previa o texto original da Lei n.º 9.394/96. A partir de agora a educação infantil atenderá às crianças entre 0 e 5 anos, passando a ser matrícula obrigatório no ensino fundamental a partir dos 6 anos

entidades responsáveis das instituições privadas, com objetivo de oferecer gratuitamente a educação infantil em espaços privados, ficando o Poder Público responsável por financiar parte ou o total desse atendimento. Por essa razão, entende-se que, no caso da creche há uma construção histórica da relação público-privado pela qual se naturalizou o repasse de recursos públicos para instituições privadas sem fins lucrativos. (BORGHI, ADRIÃO, ARELARO, 2009).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) fortalece essa construção histórica. Ele tem o intuito de distribuir verbas para toda a educação básica no país, porém com um valor por aluno muito reduzido do que realmente se necessita para uma educação de qualidade na esfera pública (OLIVEIRA, 2007). Diferente do FUNDEF, o FUNDEB inclui a educação infantil, inclusive as creches privadas sem fins lucrativos. Considera-se que a aprovação do FUNDEB deve ampliar ainda mais o atendimento realizado via convênio, assim como afirma Arelaro (2007), o Estado buscará “parceiros” para a divisão da responsabilidade educacional, para atender a demanda e a oferta, com contratos e convênios para transferir os métodos e técnicas de ensino.

Em seu artigo 77, a Lei n.º 9394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – permite o repasse de recursos públicos, como entendido:

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I – comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II – apliquem seus excedentes a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV – prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

Com isso, podemos verificar que o repasse de recursos públicos para instituições privadas sem fins lucrativos são previstos na lei, fundamentando a distribuição de verbas para essas instituições, via convênios.

Para Bezerra (2008, p.62):

[...] A expressão parceria público-privada [...] implica também na capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade.

Em 2009, o Ministério da Educação (MEC), lançou um documento intitulado “Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil”, onde estabelece as orientações sobre os conveniamentos, o que possivelmente vai ser mais um indutor para a ampliação deste tipo de parceria.

Considerando-se os indutores acima apontados, quais sejam, a prioridade dado pela FUNDEF ao ensino fundamental; a possibilidade de inclusão de alunos das creches conveniadas no FUNDEB e; o documento de orientação sobre convênios, consideramos que a identificação e análise dos convênios em municípios paulistas é urgente e necessária.

Procedimentos Metodológicos

O objetivo geral da presente pesquisa foi mapear, caracterizar e analisar os arranjos institucionais firmados entre municípios paulistas e instituições privadas para a oferta de educação infantil, até 2009. O estudo foi realizado com uma amostra de 50% dos 56 municípios pequenos, totalizando 28 municípios (de 10.001 a 50.000 habitantes: Araçatuba, Araripe, Barra Bonita, Bastos, Caconde, Cajuru, Casa Branca, Cerqueira César, Charqueada, Chavantes, Cravinhos, Descalvado, Divinolândia, Dracena, Espírito Santo do Pinhal, Fartura, Garça, General Salgado, Guapiaçu, Ibitinga, Igarapava do Tietê, Itaberá, Itirapina, Ituverava, Jacupiranga, José Bonifácio, Juquitiba, e Lucélia) que declararam possuir parcerias para a oferta de educação infantil, e que integram o Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise das parcerias público-privadas no Estado de São Paulo” (ADRIÃO, 2009). Considerando resultados dessa pesquisa, há indícios de reconfiguração nas relações entre as esferas pública e privada, que se distinguem dos históricos convênios adotados para o atendimento à educação infantil. (BORGHI, 2009)

Os objetivos específicos da presente pesquisa são os mesmos constantes do projeto interinstitucional “A Oferta Educacional na educação infantil: Arranjos

Institucionais entre o Público e o Privado” (BORGHI, 2009), mas aqui limitado ao conjunto dos municípios acima descritos:

- identificar o ano em que as creches foram integradas ao sistema municipal/estadual de ensino;
- identificar e caracterizar os tipos de instituições privadas conveniadas em cada município – com ou sem fins lucrativos, bem como analisar tendências no conjunto dos municípios;
- identificar e caracterizar os formatos dos subsídios públicos às instituições privadas em cada município, e analisar tendências no conjunto dos municípios;
- identificar em cada município da amostra, as justificativas para a opção pelo convênio/parceria;
- identificar tendências no conjunto dos municípios;
- identificar o número de instituições conveniadas em cada município, bem como analisar tendências no conjunto dos municípios;
- analisar a evolução das matrículas municipais e privadas no período (2000- 2009) para identificar possíveis alterações após implantação do FUNDEB.

O presente estudo, assim como a pesquisa interinstitucional à qual ele se vincula (Borghi, 2009), congrega a adoção de procedimentos metodológicos da abordagem quantitativa e qualitativa. Na opinião de Gatti (2001, p. 74):

É preciso considerar que os conceitos de quantidade e qualidade não são totalmente dissociados, na medida em que de um lado a quantidade é uma interpretação, uma tradução, um significado que é atribuído à grandeza com que um fenômeno se manifesta (portanto é uma qualificação dessa grandeza) e, de outro, ela precisa ser interpretada qualitativamente, pois sem relação a algum referencial não tem significado em si.

No banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)” já constam informações sobre o ano de início do convênio e o tipo de instituição conveniada. Para ampliar os dados existentes no Banco foi realizado novo levantamento junto aos municípios selecionados, tendo em vista as seguintes informações: número de instituições conveniadas no período; tipo de instituições conveniadas; ano em que as creches foram integradas ao sistema municipal/estadual de ensino; ano do primeiro convênio firmado; formato do subsídio; justificativa para a opção pelo atendimento conveniado.

As informações foram levantadas em primeiro momento através do contato telefônico com os municípios da pesquisa. Nos casos em que essa forma de

coleta não possibilitou o acesso aos dados necessários, seria encaminhado ofício via email para as respectivas cidades, a fim de obter tais informações.

Para complementar as informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa utilizou-se também dados disponibilizados no Banco de Dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”, nos *sites* oficiais dos municípios e nos *sites* governamentais.

No primeiro capítulo desta pesquisa é apresentado um breve histórico da educação infantil, em nível mundial e também no Brasil, bem como seu financiamento, e a contextualização dos convênios. No segundo capítulo, os municípios são caracterizados, de forma geral e com detalhes sobre os convênios, e no terceiro capítulo são apresentadas as tendências municipais sobre o conveniamento.

1 - EDUCACAO INFANTIL

1.1 - HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O conceito de infância vem se modificando ao longo das décadas, e a cada vez é atribuído uma designação e uma referência diferente para a criança. Kramer (1995), ao citar Philippe Áries, lembra que ele relata a transformação da infância, a partir de pinturas, diários de famílias, testamentos e túmulos. As diferentes organizações da sociedade e o que lhe compõem são os responsáveis por essas mudanças no sentimento da infância (KRAMER, 1995).

Kramer (1995) relata que, historicamente, no período feudal, a criança era tida como mão-de-obra trabalhadora e era tratada como “adulto em miniatura”, exercendo todos os papéis que lhe eram atribuídos socialmente. Após esse período histórico, e a entrada da sociedade burguesa, as crianças aparecem agora como um ser que necessita de cuidados, como é destacado:

A idéia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade. (KRAMER, 1995, p. 19)

No entanto, esses cuidados eram baseados no amparo e assistência as crianças pobres, cujas mães não tinham condições financeiras de cuidar. Como destaca Kramer (1995), durante o século XIX houveram movimentos isolados, tanto nos Estados Unidos como na Europa, simbolizando a educação do pré-escolar.

No século seguinte, nos anos 30, o reconhecimento da educação pré-escolar se deu durante a depressão econômica dos Estados Unidos, para garantir tanto o emprego a diferentes profissionais desse ramo, como para garantir a alimentação e o atendimento a crianças carentes. (KRAMER, 1995).

A Segunda Guerra Mundial causou ainda um impacto nesse atendimento, já que muitas mulheres trabalhavam e necessitavam das creches para deixarem seus filhos, pois com os homens na guerra, elas ajudaram a manter ou alavancar a economia do país. Esse movimento trouxe contribuições importantes para a

educação pré-escolar, sendo elas a assistência social para crianças pequenas e o interesse por novas formas de atuação com as crianças, tendo assim a preocupação com as necessidades emocionais e sociais do indivíduo que ali permanecia para ser atendido. (KRAMER, 1995).

Na história da pré-escola, segundo Campos; Patto; Mucci (1981) é destacado a preocupação de adequar a criança à escola, da forma que ela é, sem questionar o papel da escola, mas sim adequando a criança para seu papel de aluno.

MOVIMENTO NO BRASIL

Segundo Corrêa (2007), entender a legislação que se refere à educação infantil, leva primeiramente a entender o percurso dessa modalidade na história educacional brasileira. Ainda segundo Corrêa (2007), a expressão “educação infantil” no Brasil atualmente diz respeito ao atendimento coletivo a crianças de 0 a 5 anos.

A assistência, amparo, e cuidados às crianças, também marcou a formação das creches no Brasil, através do atendimento médico-higienista. (DOMICIANO, 2009). Nesse sentido, Corrêa (2007, p.15) afirma que:

De um modo geral, as creches se caracterizam pelo atendimento às crianças mais novas – 0 a 3 anos -, embora muitas também atendessem à faixa dos 4 aos 6, em período integral ou parcial [...]. Já os jardins de infância e as pré-escolas voltaram-se para a faixa dos 3 ou 4 a 6 anos e vincularam-se desde o seu início aos órgãos ou sistemas educacionais – embora também tenham sido oferecidas por igrejas e associações filantrópicas.

Com fundamento no pensamento de Pestalozzi e Froebel, por exemplo, as creches, se formaram para atender aos cuidados das crianças, relativamente oriundas de famílias carentes. (DOMICIANO, 2009).

Segundo Kuhlmann Jr (2000), desde 1920, a legislação em São Paulo, previa que fossem instaladas Escolas Maternais, a fim de prestar cuidados aos filhos dos empregados de fábricas, para oferecer local e alimento para as crianças enquanto seus pais trabalhavam, mas eram poucas as fábricas que atendiam essas crianças, e as empresas que se propunham a oferecer, ofereciam até a creche.

Ainda na década de 40, segundo Kuhlmann Jr. (2000), em Porto Alegre há a criação dos jardins-de-infância, que seguiam o pensamento inspirado em Froebel, localizados em praças públicas para atender as crianças de 4 a 6 anos em meio turno. A criação dos jardins de infância também se deu em outros lugares do país, conforme aponta o autor:

Em Teresina, capital do Piauí, o primeiro jardim oficial, chamado Lélia Avelino, foi criado em 1933 com os objetivos de proporcionar desenvolvimento artístico da criança de 4 a 6 anos de idade e de “servir de tirocínio às futuras professoras” da Escola Normal Antonino Freire. Para a implantação do jardim-de-infância, algumas professoras foram escolhidas, em 1932, para participar de um Curso de Aperfeiçoamento em Educação Infantil, no Rio de Janeiro. (KUHLMANN JR, p. 9, 2000)

Em 1932, o programa educacional do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, aproximava as instituições que previam o desenvolvimento da educação, assistência física e psíquica para as crianças em idade pré-escolar (sendo as creches, escolas maternais e jardins-de-infância). (KUHLMANN JR 2000). Com a mudança de nomes, de jardim-de-infância para instituição, deixa-se de considerar a escola maternal ligada aos pobres, sendo esta então, a que atende a faixa etária de 2 a 4 anos, enquanto o jardim-de-infância atende a faixa etária de 5 a 6 anos. Essa faixa etária, incorpora-se depois as instituições com crianças de 0 a 6 anos, divididas em berçário, maternal, jardim e pré-escola. (KUHLMANN JR, 2000).

Em 1935, na cidade de São Paulo, uma nova instituição, denominada parque infantil começa a se estruturar, vinculada ao Departamento de Cultura, com Mario Andrade em sua direção, que tinha como principal proposta, atender crianças de 3 a 12 anos de idade, em horário contrário ao horário escolar regular. Com a criação do Departamento de Cultura, o parque infantil se regulamenta e expande para outros lugares, como o interior de São Paulo, Distrito Federal, Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Recife e Rio Grande do Sul. (KUHLMANN JR, 2000).

Em 1942, é planejada pelo Departamento Nacional da Criança (DNCR) uma instituição denominada Casa da Criança, que teria como proposta reunir todos os estabelecimentos – creche, escola maternal, jardim-de-infância, escola primária, parque infantil, abrigo, clube agrícola - em uma só, onde os médicos do Departamento se ocuparam de todo o sistema escolar, tendo forte presença na educação e na saúde no mesmo ministério, que só se separaram em 1953. O

DNCr integra o Ministério da Saúde, sendo substituído em 1970 pela Coordenação de Proteção Materno-Infantil. (KUHLMANN JR, 2000).

Já em 1967, diversas igrejas, indicadas pelo Ministério da Saúde através do Plano de Assistência ao Pré-escolar, implantaram Centros de Recreação, para atender crianças de 2 a 6 anos, em caráter emergencial, seguindo as orientações da UNICEF, que estão relacionadas a empréstimos internacionais, porém, esse plano surtiu pequenos efeitos, e não se implantou de forma plena. (KUHLMANN JR, 2000).

Segundo Corrêa (2007), além das denominações creches, jardim-de-infância e pré-escola, outra instituição bastante conhecida para o atendimento infantil é a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), que surgiu na década de 70 na cidade de São Paulo e os parques infantis adotaram em 1975.

Ainda segundo Corrêa (2007), a partir da década de 70, a oferta da educação infantil começou a se expandir de forma acentuada, pois:

A partir de meados da década, a expansão na oferta de creches e pré-escolas deu-se, por um lado, em função da pressão da demanda, especialmente aquela exercida por movimentos organizados da sociedade civil e, por outro, porque o governo militar que dirigia o país à época temia por uma “explosão” das camadas populares, dado que o nível de pobreza se acentuava. (CORRÊA, p. 16, 2007)

O “Projeto Casulo”, em 1977, feito pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) intentava em um programa para desenvolver atividades paralelas de orientação familiar, pois esta passava por desequilíbrio (KUHLMANN JR, 2000). De um lado, defendia-se o atendimento as todas as crianças necessitadas, não podendo assim, se apegar ao conceito da qualidade, e de outro lado, era necessário a otimização dos recursos disponíveis e envolvimento da comunidade nesse atendimento. (CORRÊA, 2007). Para Kuhlmann Jr (2000), a criação de mais vagas a baixo custo, oferecidas a população pelo Projeto Casulo, fazia com que os pobres percebessem o quanto eram pobres, incentivados a marginalização inclusive pelos meios de comunicação.

Nos anos de 1970, as políticas educacionais voltadas à educação de crianças de 0 a 6 anos defendiam a educação compensatória com vistas à compensação de carências culturais, deficiências lingüísticas e defasagens afetivas das crianças provenientes das camadas populares. (KRAMER, p.799, 2006)

Para Kuhlmann Jr (2000), de forma geral, as instituições de educação infantil (creches e pré-escolas), vistas como agregadora da família para acalmar os conflitos sociais, a libertação da mulher de suas obrigações com o lar, superou a estrutura familiar até então imposta, com as idéias socialistas e feministas, redirecionando a questão do atendimento à pobreza para se ter uma educação da criança, como uma forma de se garantir às mães o direito ao trabalho. Estas instituições vinham como uma forma de garantir as mães o direito ao trabalho, já que a luta pela pré-escola pública, se confundia com a luta pela transformação política e social (KUHLMANN, 2000).

A partir dessa inserção maior da mulher ao mercado de trabalho, e a ampliação do trabalho feminino nos setores médios, a classe média – também se insere no mercado de trabalho - passa a procurar as instituições educacionais infantis para seus filhos, legitimando assim, o atendimento educacional em creches para além das crianças pobres (KUHLMANN, 2000). Para Kuhlmann (2000), os Centros de Convivência Infantil (destinados a atender filhos de servidores públicos no estado de São Paulo), a conquista de creches em universidades públicas, reivindicações de sindicatos, para a ampliação dessa oferta educacional são os exemplos de reconhecimento da instituição.

O final da década de 70 e a década de 80 foram marcados por diversas mobilizações da sociedade civil que demandavam a extensão do direito à educação para as crianças pequenas: movimentos de bairro e sindicatos nas grandes cidades lutavam por acesso a creches; grupos de profissionais e especialistas da educação mobilizavam-se no sentido de propor novas diretrizes legais; prefeituras procuravam dar resposta à demanda crescente por creches e pré-escolas, criando e/ou ampliando o atendimento. (CAMPOS, FÜLGRAFF, WIGGERS, 2006, p. 88)

Entretanto, como afirma Filgueiras (1994), pela carência vivida por muitas famílias residentes em centros, urbanos, a creche funciona com diversos tipos de finalidades, pois chegam para as creches, diversos tipos de demandas, como cuidados com higiene, saúde, educação e outros. Para tanto, dentro desse contexto, conforme afirma Filgueiras (1994), o termo “creche” tomou para si um sentido particular, que não “corresponde à definição de ‘estabelecimento destinado a receber durante o dia as crianças menores de quatro anos.’”

Segundo Corrêa (p.17, 2007):

O final dos 1970 e os anos 1980 também foram marcados pela forte discussão acerca do papel das instituições de educação infantil: o meio acadêmico – ou preparatório – que a pré-escola teria e os movimentos

organizados da sociedade civil, bem como os profissionais da área, passaram a defender o que entendiam ser um caráter “educacional ou pedagógico” para as instituições, contrapondo-se ao que então se via como meramente “assistencial”, tanto nas creches quanto nas pré-escolas públicas.

Na década de 80, textos do MEC passam a falar da educação pré-escolar de 0 a 6 anos, dado que a expressão educação pré-escolar significa educação anterior a escolarização obrigatória e inclui crianças de 0 a 3 anos (KUHLMANN, 2000)

Em 1990 surgem enunciações que apontam que não se separa mais o cuidado e a educação das crianças, tendo este último fator, dimensões maiores conforme menor for a idade. (KUHLMANN, 2000)

A precarização no atendimento das creches e pré-escolas é o principal fator que marcou a formação das creches no Brasil, e assim como destaca Correa (2007, p.14):

Pode-se afirmar inicialmente que o que há em comum entre as diferentes instituições de atendimento à criança de 0 a 6 anos de idade ao longo da história educacional brasileira é o fato de que, de um modo geral, os serviços prestados variavam sempre entre o péssimo e o precário quando destinados à população de mais baixa renda. Assim, quando pensarmos em educação infantil pública no país, podemos logo ter a imagem de precariedade, salvo alguns raros períodos em que, em alguns municípios dirigidos por gestores mais sensíveis à questão, de fato houve investimento sério na educação da criança pequena.

Para Kuhlmann Jr, (2000, p.7):

A incorporação das creches aos sistemas educacionais não necessariamente tem proporcionado a superação da concepção educacional assistencialista. A falta de verbas para a educação infantil tem até estimulado novas divisões, por idades: apenas os pequenos, de 0 a 3 anos, freqüentariam as creches; e os maiores, de 4 a 6, seriam usuários de pré-escolas; são várias as notícias de municípios cedendo centros de educação infantil e limitando o atendimento em período integral. Mas as instituições nunca foram assim e as creches quase sempre atenderam crianças de 0 a 6 anos, ou mesmo as com mais idade – excluídas da escola regular ou em período complementar a esta. De outra parte, sempre existiram pré-escolas apenas para crianças acima de 3 ou 4 anos.

Dessa forma, apesar das creches incorporarem cada vez mais a concepção educacional, não significa que seu financiamento evoluiu, ou que foi dado mais atenção a essa questão. Assim, a precariedade ainda pode resultar em medidas paliativas ou de solução rápida, como os convênios.

1.2 - FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS CONVENIOS

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a educação infantil é tida como um dever do Estado e direito de todas as crianças entre 0 e 6 anos, como afirmado no artigo 208:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

[:::]

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;⁴

[...]

Para Correa; Adrião (2010), embora a matrícula não seja obrigatória, uma nova lógica é posta, uma vez que se torna obrigação do Estado o oferecimento da vaga em instituições de educação infantil.

Com essa obrigatoriedade do oferecimento de vagas, são feitos depois, documentos legais, para a garantia de que esse oferecimento de fato aconteça, dentre eles, a LDB⁵, que apresenta uma seção, mesmo que pequena dedicada a educação infantil, da qual destaca-se o Art. 30, que a educação infantil será oferecida:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Ainda na LDB, no artigo 77 é tratada a forma de seu financiamento:

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I – comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II – apliquem seus excedentes a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV – prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

⁴ Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006), atualizada após a Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que modifica a idade de atendimento pré-escolar.

⁵ Lei n.º 9394, de 1996 – Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação.

Com isso, pode-se verificar que o repasse de recursos públicos para instituições privadas são previstos na lei, fundamentando a distribuição de verbas para as instituições privadas, estudados nesta pesquisa como convênios.

A Emenda Constitucional n.º 14/96, aprovou a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que priorizou o financiamento do ensino fundamental, deixando a educação infantil a mercê do financiamento via poderes públicos municipais.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) – que substitui o FUNDEF - atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio e está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020. (MEC). O Fundo vem com o intuito de distribuir verbas para a educação básica no país, porém com um valor por aluno muito reduzido do que realmente se necessita para uma educação de qualidade na esfera pública (ADRIÃO, ARELARO, BORCHI, 2009) Diferente do FUNDEF, inclui a educação infantil, inclusive as creches e pré-escolas privadas sem fins lucrativos, como é tratado no Art. 8.º:

§ 1º Admitir-se-á, para efeito da distribuição dos recursos previstos no inciso II do caput do art. 60 do ADCT, em relação às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, o cômputo das matrículas efetivadas na educação infantil oferecida em creches para crianças de até 3 (três) anos.

[...]

§ 3º Admitir-se-á, pelo prazo de 4 (quatro) anos, o cômputo das matrículas das pré-escolas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e que atendam às crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, observadas as condições previstas nos incisos I a V do § 2º deste artigo, efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado até a data de publicação desta Lei.

Considera-se então, que após a aprovação do FUNDEB poderá haver a ampliação do atendimento realizado via convênio.

O atendimento em creches tem o seu início a partir não só de iniciativas do poder público, mas também das próprias comunidades, principalmente em instituições comunitárias, filantrópicas e assistenciais. Essas instituições privadas receberam subsídios públicos, razão pela qual o Estado, ou a ausência deste na oferta dessa política, aparece, desde sempre, como indutor da proliferação de convênios entre a esfera pública e a privada. Esse formato de oferta implicava ou

na total ausência de atendimento público à faixa etária ou na coexistência de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos subsidiadas por recursos públicos. Destaca-se ainda a vigência de creches privadas particulares as quais são financiadas exclusivamente pelas famílias. (ADRIÃO, 2009).

Dessa forma, se vê várias experiências de programas municipais de apoio e financiamento a instituições privadas, sejam elas denominadas comunitárias, filantrópicas ou confessionais. Algumas grandes cidades, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, mantém parcerias com instituições mediante convênios firmados com o município para com entidades responsáveis das instituições privadas, com objetivo de oferecer gratuitamente a educação infantil em espaços privados, ficando o Poder Público responsável por financiar parte ou o total desse atendimento (ADRIÃO, ARELARO, BORGHI, 2009). Por essa razão, entende-se que, no caso da creche há uma construção histórica da relação público-privado pela qual se naturalizou o repasse de recursos públicos para instituições privadas sem fins lucrativos. (ADRIÃO, ARELARO, BORGHI, 2009).

Atualmente, justificativas como maior eficiência, menor custo e maior participação e controle social são utilizadas para favorecer essas parcerias. (BORGHI, 2009)

Segundo Bresser Pereira (2008), a diferenciação entre o público e o privado, se dá por quatro tipos de propriedade e organização, sendo eles: propriedade estatal, propriedade pública não-estatal, propriedade corporativa e propriedade privada. Para ele, o conceito que separa o público do privado, não se baseia na propriedade, mas sim nos objetivos a que a organização se sujeita. Para tanto, se o objetivo for o lucro, trata-se de uma organização privada; se for o interesse público, trata-se de uma organização pública; se for a defesa dos interesses de grupos, trata-se de uma organização corporativa.

Cabe ressaltar, no entanto, com OLIVEIRA (2002, p. 106), que:

A temática do repasse de recursos públicos para a escola privada perdeu muito de sua importância nos anos imediatamente posteriores à promulgação da CF e da LDB, pois a legislação constitucional e infraconstitucional faculta o repasse, não o obriga. Assim, em última instância, repassar recursos públicos para a escola privada é uma opção política do governante.

Pode-se observar que o repasse de verbas públicas para instituições privadas é facultativo e de escolha política.

2 - CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

2.1 - CARACTERIZAÇÃO GERAL

Neste capítulo são caracterizados os municípios selecionados, onde são apresentados dados gerais sobre o município, dados da educação infantil e os respectivos convênios estabelecidos.

Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo é uma das 27 unidades federativas do Brasil. O Estado está localizado no sul da região Sudeste e tem como limites os estados de Minas Gerais (N e NE), Rio de Janeiro (NE), oceano Atlântico (L), Paraná (S) e Mato Grosso do Sul (O). Ocupa uma área de 248.808,8 quilômetros quadrados, (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

Atualmente, segundo o IBGE (2010), o estado tem 41.262.199 habitantes, e é dividido em 645 municípios, dos quais 295 são considerados municípios muito pequenos (tem até 10.000 habitantes), 234 considerados municípios pequenos (de 10.001 a 50.000), 54 como médios municípios (de 50.001 a 100.000 habitantes), 54 como municípios grandes (com 100.001 a 500.000), 6 municípios muito grandes (de 500.001 a 1 milhão de habitantes) e 2 municípios metropolitanos (com mais de 1 milhão de habitantes). Destaca-se ainda, que a escolha dos municípios foi feita através do Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”⁶, e que este foi formulado a partir do censo demográfico do IBGE de 2000, não descartando, portanto, municípios que tiverem mais que 50.000 habitantes em 2010 nesta pesquisa.

No período de 2005 a 2010, analisado neste trabalho, dos 234 municípios considerados pequenos, 56 declararam possuir parceria/convênio com a esfera privada para oferta de vagas na educação infantil⁷. O presente estudo terá como foco 50% dessa amostra, ou seja, 28 municípios.

2.2 - SOBRE OS MUNICÍPIOS

⁶ O banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009), continua a ser atualizado, e portanto, também concentra os dados de matrículas do ano de 2010.

⁷ Segundo o Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo”.

A seguir são apresentados os municípios referentes a pesquisa. Reitera-se ainda, que os dados quanto ao número populacional foram retirados dos censos de IBGE, de 2000 e de 2010, assim como o PIB *per capita* (datado de 2008), e o IDHM (datado de 2000), foram retirados do censo do SEADE. O número populacional de crianças de 0 a 3 anos, e de 4 a 5 anos foi retirado SIMEC⁸.

ARAÇARIGUAMA

O município de Araçariguama localiza-se a 48 km de São Paulo. Em 2000, a município tinha 11.154 habitantes, e no último censo demográfico realizado em 2010, há 17.080 habitantes residentes na cidade, sendo desse total, 801 crianças entre 0 a 3 anos, e 437 crianças entre 4 a 5 anos.

Foi registrado ainda no município, o IDH em 0.770, e o PIB *per capita* em R\$ 112.681,86. Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, Roque Hoffmann, filiado ao PSDB.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Araçariguama é composta por Creches e Emeis (Escola Municipal de Educação Infantil), Emefs (Escola Municipal de Ensino Infantil) nos anos iniciais e finais, e EJA nos anos iniciais (Educação de Jovens e Adultos).(INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 1999.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 01: Matrículas no ensino infantil no município de Araçariguama (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	27	0	8	555	0	36
2001	30	0	10	722	0	42
2002	25	0	15	773	0	38
2003	19	0	9	735	0	41

⁸ Página do SIMEC disponível em < <http://painel.mec.gov.br/>>. Reitera-se ainda, que o site utilizou-se dos dados do censo do IBGE de 2007, para formação do banco de dados da população infantil.

2004	23	0	7	751	0	37
2005	77	0	5	748	0	31
2006	73	0	3	763	0	31
2007	93	0	5	766	0	16
2008	161	0	6	496	0	16
2009	184	0	3	481	0	15
2010	156	0	4	588	0	21

Fonte: Banco de dados "Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)"

Observa-se que neste município, as matrículas referentes à creche, na rede municipal tendem a crescer ao longo dos anos, tendo de 2000 a 2010, um aumento de 477% no número de matrículas, e tendo o ano de 2009 com o maior número e o ano de 2003 com o menor número. Na rede privada, os números passam por pequenas oscilações, e no período de 2000 a 2010, apresentam uma queda de -200% no número de matrículas, tendo o ano de 2002 com o maior número e os anos de 2006 e 2009 com o menor número.

Na pré-escola, os números da rede municipal também passam por oscilações, mas na comparação dos anos de 2000 a 2010, aumentam 5,9 %, tendo o ano de 2002 com o maior número e o ano de 2009 com o menor número. Na rede privada, porém, se comparado o mesmo período, é apresentado queda de -171% no número de matrículas, tendo o ano de 2009 com o menor número e o ano de 2001 com o maior número.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Araçariguama tem duas instituições conveniadas, sendo ambas sem fins lucrativos, sendo atualmente duas creches: Creche Gotinhas de Vida e Creche ADRA, atendendo a faixa etária de 4 meses a 5 anos. A Creche Gotinhas de Vida e a Creche ADRA iniciaram a parceria com a Rede Municipal de Ensino em 1999 e 2007 respectivamente.

A normatização dessa parceria é feita através de um convênio entre a prefeitura e a instituição.

A justificativa para a opção pelo convênio é a necessidade de suprir as vagas que são necessárias para o atendimento, já que o município não possui instituições suficientes para isso.

Para as creches, denominadas “parceiras”, a prefeitura fornece: merenda escolar, transporte escolar, funcionários de apoio, professores de educação infantil, todo o material necessário para o desenvolvimento do aluno (material de papelaria, material esportivo, material permanente, kit escolar, uniforme escolar), mas não há repasse direto de verba.

No censo escolar, as vagas referentes ao convênio são contabilizadas como vagas públicas.

O município não possui Creche Domiciliar.

AREIÓPOLIS

Areiópolis localiza-se a 238 km da capital. Em 2000, foram registrados 10.296 habitantes. Já em 2010, os dados registraram 10.579 habitantes no município. Em 2007, foram contabilizados no município 673 crianças entre 0 a 3 anos, e 366 crianças entre 4 a 5 anos.

Foi registrado ainda, seu IDH em 0,745, e o PIB *per capita* de R\$ 6.744,13. Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012. José Pio, filiado ao PT.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Areiópolis é composta por Creches e Emeis, Emefs nos anos iniciais e finais, e EJA nos anos iniciais do ensino fundamental (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 1999.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 02: Matrículas no ensino infantil no município de Areiópolis (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	0	0	0	171	0	0
2001	147	0	6	192	0	10
2002	191	0	7	205	0	19
2003	201	0	3	207	0	19
2004	271	0	9	243	0	18

2005	309	0	21	237	0	4
2006	229	0	10	335	0	5
2007	169	0	7	313	0	11
2008	195	0	0	333	0	0
2009	174	0	0	328	0	0
2010	136	0	0	313	0	0

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

Neste município, é possível observar que no quesito creche, as matrículas públicas foram aumentando e diminuindo ao longo dos anos, tendo, se comparado os anos de 2000 e 2010, um aumento de 136% no número de matrículas, que passam de 0 para 136. O ano de 2005 é o ano com o maior número de matrículas e o ano de 2000, com o menor número. Na rede privada, os números sofrem algumas variações, tendo, se comparados os anos de 2000 e 2010, nenhuma mudança. Destacam-se os anos de 2005 com o maior número de matrículas e os anos de 2000, 2008, 2009 e 2010 com o número zerado, apesar de haver uma creche conveniada a partir de 2001.

Já na pré-escola, se vê que a rede municipal cresce nos primeiros anos mostrados na tabela, provando que há bastante procura nesse setor; tendo um aumento de 54% se comparados os anos de 2000 e 2010, tendo o ano de 2006 com o maior número de matrículas, e o ano de 2000 com o menor número. No setor privado, as matrículas ficam semelhantes as matrículas da creche, onde até apresentam um avanço, mas depois voltam a zero, tendo os anos de 2002 e 2003 com o maior número de matrículas e os anos de 2000, 2008, 2009 e 2010, sem nenhuma matrícula.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Areiópolis possui uma creche conveniada, sendo esta a Chiquinha Pereira, que não possui fins lucrativos e tem caráter filantrópico. O convênio teve início no ano de 2001.

A normatização dos convênios é feita através de um contrato entre a creche e a prefeitura municipal.

A justificativa apresentada para o convênio, é que na rede municipal não há vagas suficientes para suprir a demanda, e para tanto, o convênio é utilizado para isso, atendendo alunos de 4 meses a 5 anos.

Essas vagas referentes ao convênio são apresentadas no censo escolar como vagas públicas, o que pode explicar o fato de que a partir de 2008, as vagas privadas zeram.

Como subvenção pública, a prefeitura repassa verba para manter despesas diversas, sendo que o valor não foi informado, pois varia de mês a mês de acordo com as necessidades da creche, mas não há separação do valor destinado por idade.

Além da verba, também são cedidos funcionários para diversas atividades, com exceção de professores.

O município não possui Creche Domiciliar.

BARRA BONITA

Barra Bonita é um município que se localiza a 228,749 km da capital. Em 2000, foram registrados 35.487 habitantes, e em 2010, há 35.246 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 1.495 crianças entre 0 a 3 anos, e 839 crianças entre 4 a 5 anos.

O PIB *per capita* foi registrado em R\$ 14.857,60 e o IDH em 0,820. Segue a frente do Poder Executivo na gestão 2009-2012, José Carlos de Mello Teixeira, filiado ao PPS.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Barra Bonita é composta por Creches e Emeis, Emefs nos anos iniciais e finais e EJA somente para o ensino médio.(INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo o Banco de Dados do Greppe, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 2007.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada

Tabela 03: Matrículas no ensino infantil no município de Barra Bonita (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	0	0	154	1234	0	413
2001	0	0	161	1262	0	421
2002	0	0	142	1175	0	443
2003	0	0	150	1012	0	469
2004	0	0	198	1062	0	465
2005	0	0	182	989	0	463
2006	0	0	301	1146	0	457
2007	199	0	96	702	0	209
2008	270	0	309	667	0	230
2009	218	0	441	657	0	121
2010	200	0	423	650	0	98

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

Neste município, as matrículas da rede municipal de ensino, no que se referem à creche só começaram a evoluir a partir de 2007, e desde então, houve alterações no número de matrículas, que aumentam e diminuem ano a ano, tendo, se comparados os anos de 2000 e 2010, um aumento de 200% no número de matrículas. Diferentemente na rede privada, entre 2005 e 2006 apresentam uma diferença significativa – aumento de quase 120 matrículas -, mostrando uma oscilação somente em 2007, tendo, se comparados os anos de 2000 e 2010, um aumento de 174% no número de matrículas.

No que se refere à pré-escola, a rede municipal se mostra em declínio, como mostra o comparativo dos anos de 2000 e 2010, onde se apresenta uma queda de -189%, tendo o ano de 2010 com o menor número e o ano de 2001 com o maior número de matrículas. Na rede privada, a situação apresentada também é declínio, onde, comparado os anos de 2000 e 2010, é possível ver que a queda é de -421% no número de matrículas, onde o ano de 2003 tem o maior número e o ano de 2010, o menor número.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

Durante os contatos feitos com os responsáveis pela educação infantil no município, foi encontrada grande dificuldade em conseguir as informações necessárias sobre a parceria estabelecida entre o Poder Público e as instituições

de ensino infantil. Depois de muitas tentativas, foi informado a pesquisadora que não seria possível a obtenção dessas informações, pois a mesma não residia no município.

Para tanto, dados presentes no Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”, apontam que o município mantém uma parceria de convênios desde 1997, com uma instituição de caráter filantrópico.

BASTOS

Bastos é um município localizado a 550 km da capital. Em 2000, a população foi estimada em 20.588 e em 2010, em 20.445 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 1.191 crianças entre 0 a 3 anos, e 573 crianças entre 4 a 5 anos.

O município alcançou um IDH de 0.798 e seu PIB *per capita* ficou em R\$ 14.138,90. Segue a frente do Poder Executivo, na gestão 2009-2012, Virgínia Pereira da Silva Fernandes, filiada ao partido PSDB.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Bastos é composta por Creches e Pré-escolas, e Emefs somente para os anos iniciais. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 1999.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 04: Matrículas no ensino infantil no município de Bastos (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	205	0	0	506	0	34
2001	247	0	0	494	0	18
2002	87	0	0	583	0	21
2003	138	0	0	570	0	15
2004	160	0	0	540	0	22
2005	177	0	175	613	0	31
2006	142	0	122	524	0	16

2007	140	0	88	514	0	50
2008	162	0	120	517	0	50
2009	158	0	83	404	0	37
2010	124	0	97	446	0	32

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

No município de Bastos, é possível observar as matrículas da creche da rede municipal apresentaram diversas variantes, apresentando, se comparados os anos de 2000 e 2010, queda de -165% no número de matrículas, tendo o ano de 2002 com o menor número e o ano de 2001 com o maior número. Na rede privada, se comparados os anos de 2000 e 2010, vê-se aumento de 97% no número de matrículas, tendo os anos de 2005 com o menor número e os de 2000 a 2004, com o menor número.

Na pré-escola, as matrículas públicas foram diminuindo ao longo dos anos, e comparando os anos de 2000 e 2010, a queda é de -113%, tendo os anos de 2009 com o menor número e o de 2002 com o maior número de matrículas. Na rede privada, se comparados os anos de 2000 e 2010, observa-se queda de -106% no número de matrículas, e tem os anos de 2006 com o menor número e 2007 e 2008 com o maior número.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Bastos tem uma instituição privada conveniada com a prefeitura, sendo esta filantrópica. O primeiro convênio realizado no município teve início em 1997, e atualmente é realizado com a ABAI (Associação Beneficiente de Amparo à Infância), que atende a faixa etária de 3 meses a 5 anos.

A normatização dessa parceira é feita através de um convênio firmado entre a instituição e a prefeitura municipal.

A justificativa para a opção pelo convênio é ajudar a sanar a falta de vagas na rede municipal, auxiliando assim as crianças carentes que precisam deste atendimento.

A subvenção pública é feita através do repasse de verba *per capita*, para o ano de 2011 no valor de R\$ 105,00. No convênio não há separação do valor destinado por idade

No censo escolar, as vagas referentes ao convênio são contabilizadas como vagas públicas

O município não possui Creche Domiciliar.

CACONDE

Caconde é um município localizado a 224 km da capital. Em 2000 sua população estava em 18.378 habitantes, e em 2010 em 18.538 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 1.090 crianças entre 0 a 3 anos, e 578 crianças entre 4 a 5 anos.

O município alcançou um IDH de 0.782 e um PIB per capita de R\$ 11.582,23. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Luciano de Almeida Semensato, filiado ao PSDB.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Caconde conta com creche e pré-escola, além de escolas de ensino fundamental para os anos iniciais. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 2001.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 05: Matrículas no ensino infantil no município de Caconde (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	0	0	0	529	0	0
2001	123	0	0	554	0	18
2002	113	0	1	593	0	25
2003	134	0	12	635	0	16
2004	118	0	0	646	0	24
2005	64	0	5	661	0	29
2006	122	0	4	759	0	29
2007	0	0	5	767	0	29
2008	70	0	4	683	0	25
2009	95	0	2	271	0	20

2010		131		0		6		355		0		17
Fonte: Banco de dados "Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)"												

As matrículas no setor municipal deste município apresentou grandes oscilações no que se refere a creche, já que demonstrou aumento entre os anos de 2005 e 2006, e uma grande queda, em 2007. A partir de 2008, as matrículas voltam a subir, e com exceção do ano de 2007. Se comparados os anos de 2000 e 2010, o aumento é de 131%. Na rede privada, o número é pequeno, mas se comparados os anos de 2000 e 2010, é apresentado um aumento de 6% no número de matrículas, e tem o de 2003 com o maior número.

No que se refere a pré-escola, as matrículas também tiveram oscilações, e apresentam uma queda significativa no ano de 2009, menos que a metade se comparado aos anos anteriores, e apresenta, se comparados os anos de 2000 e 2010, queda de -149%. Na rede privada, se comparados os anos de 2000 e 2010, é apresentado aumento de 17%, tendo os anos de 2005, 2006 e 2007 com os maiores números e o ano de 2000 com o menor número.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Caconde possui uma instituição conveniada com a prefeitura, sendo esta o Lar Menino Jesus, de caráter filantrópico, que atende a faixa etária de 4 meses a 5 anos. O convênio teve início no ano de 1996.

A normatização dessa parceria é feita através de um convênio.

A justificativa para a opção pelo convênio é auxiliar no atendimento de vagas que são necessárias a essa faixa etária, já que esta é a única creche existente no município. Segundo informações passadas a pesquisadora, uma creche municipal foi construída, e começará a funcionar este ano, para auxiliar no atendimento.

No censo escolar, todas as vagas são computadas como matrículas públicas, pelo fato de ser a única creche que atende o município.

A subvenção pública é feita através do repasse de verba para a instituição, sendo repassado no ano de 2011 o valor de R\$ 95.000, independentemente do número de alunos atendidos. Além da verba, são cedidos funcionários para funções diversas e também professores.

O município não possui Creche Domiciliar.

CAJURU

Cajuru é um município localizado a 360 km da capital. Em 2000 sua população era de 20.777 habitantes, e em 2010 é de 23.371 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 1.231 crianças entre 0 a 3 anos, e 664 crianças entre 4 a 5 anos.

Foi registrado o IDH em 0.783 e o PIB *per capita* em R\$ 8.802,37. Segue a frente no poder executivo, na gestão 2009-2012, João Batista Ruggeri Ré, filiado ao PP.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Cajuru é formada por escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais e finais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 2005.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 06: Matrículas no ensino infantil no município de Cajuru (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	0	0	103	805	0	73
2001	0	0	81	829	0	87
2002	0	0	227	848	0	72
2003	0	0	240	821	0	56
2004	0	0	267	814	0	71
2005	60	0	296	801	0	44
2006	70	0	295	889	0	57
2007	99	0	128	480	0	57
2008	83	0	125	513	0	44
2009	88	0	138	516	0	74
2010	118	0	120	499	0	57

Fonte: Banco de dados "Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)"

A partir da tabela, é possível que as matrículas na rede municipal aumentam devagar, e se comparados os anos de 2000 e 2010, é apresentado uma evolução de 118% no número de matrículas, sendo o ano de 2010 com o maior número – 118 matrículas - e os anos de 2000 a 2004 com as matrículas zeradas. Na rede privada, se comparados os anos de 2000 e 2010, observa-se um crescimento de 85%. No entanto, mesmo tendo o maior número de matrículas, se vê que a rede privada sofre oscilações significativas ao longo dos anos.

Já na pré-escola, as matrículas públicas se mostram maiores que as privadas. Ainda assim, se comparados os anos de 2000 e 2010, as matrículas públicas sofrem uma queda de -161%. Nessa mesma situação, se comparados os anos de 2000 e 2010, se vê que as matrículas da rede privada também passam por queda, sendo esta de -128%.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Cajuru possui uma instituição privada conveniada com a prefeitura, sendo esta a Creche Nossa Senhora Aparecida, com caráter filantrópico, que atende a faixa etária de 4 meses a 5 anos. O convênio teve início no ano de 1996.

A normatização da parceria é feita através de convênio estabelecido entre a instituição e a poder público municipal, renovado ano a ano.

A justificativa para a opção pelo convênio é que as matrículas oferecidas pela rede municipal de ensino, não são suficientes para suprir a demanda existente.

O formato de subvenção pública é feito através de cessão de funcionários para funções diversas, com exceção dos docentes, que são da própria instituição, além de um repasse de verba *per capita*, que no ano de 2011 foi no valor de R\$ 135,42. No convênio não há separação do valor destinado por idade.

No censo escolar, as matrículas oriundas do atendimento conveniado, constam como matrículas públicas.

O município não possui Creche Domiciliar.

CASA BRANCA

Casa Branca é um município localizado a 230 km da capital. Em 2000, a população foi registrada em 26.800 habitantes e em 2010, em 28.307 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 1.208 crianças entre 0 a 3 anos, e 683 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH é de 0.810 e o PIB *per capita* de R\$ 17.648,70. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Roberto Minchollo, filiado ao PMN.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Casa Branca é formada por creches e pré-escolas, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 1999.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 07: Matrículas no ensino infantil no município de Casa Branca (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	147	0	185	926	0	168
2001	124	0	153	954	0	201
2002	131	0	138	940	0	187
2003	120	0	105	878	0	114
2004	181	0	153	924	0	163
2005	308	0	156	869	0	172
2006	398	0	161	917	0	159
2007	419	0	132	923	0	95
2008	407	0	128	960	0	94
2009	451	0	117	555	0	65
2010	536	0	138	518	0	69

Fonte: Banco de dados "Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)"

As matrículas públicas referentes à creche mostram um avanço entre 2000 e 2010 de 27%, superando as matrículas da rede privada durante esse período, sendo o ano de 2003 com o menor número de matrículas – 120 – e o ano de 2010 com o maior número – 536 matrículas. A rede privada porém, passa pelo sentido inverso, tendo uma queda de -134%, se comparados os anos de 2000 e 2010.

Já no que se refere à pré-escola, as matrículas públicas diminuem, representando grande diferença se comparado os anos de 2000 e 2010 – tendo um *déficit* de -178% no número de matrículas, sendo o ano de 2003 com o menor número – 105 matrículas - e o ano de 2000 com o maior número – 185 matrículas. Essa queda é também observada na rede privada entre os mesmos anos – o *déficit* foi de -243% no número de matrículas, destacando-se o ano de 2009 com o menor número de matrículas – 65.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Casa Branca possui uma instituição privada conveniada com a prefeitura, sem fins lucrativos, atendendo a faixa etária de 3 meses a 6 anos. Não foi informado o nome da instituição a pesquisadora. O primeiro convênio estabelecido teve início em 2009.

A normatização da parceria é estabelecida através de convênio.

A justificativa para a opção pelo convênio é auxiliar a sanar o número de vagas necessárias a esse atendimento.

O formato de subvenção pública é feito somente através do repasse de verba, sendo o valor repassado no ano de 2011 de R\$ 100.229,19. Esse repasse é fechado, e atende a todas as necessidades e gastos que a entidade tem.

No censo escolar, as matrículas constam como matrículas públicas. O município não conta com Creche Domicilar.

CERQUEIRA CÉSAR

Cerqueira César é um município localizado a 280 km da capital. Em 2000, sua população estava em 15.144 habitantes, e em 2010, em 17.532 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 923 crianças entre 0 a 3 anos, e 499 crianças entre 4 a 5 anos.

O PIB *per capita* foi registrado em R\$ 14.319,62 e IDH em 0.764. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, José Rosseto, filiado ao PDT.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Casa Branca é formada por pré-escolas, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino ainda neste ano e começarão a atender no próximo ano.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 08: Matrículas no ensino infantil no município de Cerqueira César (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	0	0	17	634	0	37
2001	0	0	185	469	0	34
2002	0	0	193	412	0	51
2003	0	0	198	478	0	67
2004	0	0	211	481	0	65
2005	0	0	113	553	0	89
2006	0	0	131	319	0	103
2007	0	0	146	297	0	94
2008	0	0	171	373	0	56
2009	0	0	162	297	0	59
2010	0	0	213	253	0	53

Fonte: Banco de dados "Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)"

Na tabela apresentada, é possível ver que o município não apresentou nenhuma matrícula na rede municipal, pelo fato da integração ao sistema municipal de ensino se dar esse ano. Assim, as matrículas da rede privada são relativamente altas, visto que somente esse setor apresenta dados sobre isso, apresentando, se comparados os anos de 2000 e 2010, um crescimento de 7% no número de matrículas, destacando-se o ano de 2010 com o maior número de matrículas – 213.

No que se refere à pré-escola, as matrículas públicas sofrem um declínio durante os anos, apresentando uma queda de -250%, se comparados os anos de 2000 e 2010, sendo o ano de 2010 com o menor número – 253 matrículas – e o ano de 2000 com o maior número – 634 matrículas. Na rede privada, porém, é possível observar que as matrículas crescem ao longo dos anos, ficando esse crescimento em 69%, se comparados os anos de 2000 e 2010.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Cerqueira César possui duas instituições privadas conveniada com a prefeitura, ambas de caráter filantrópico, que atendem a faixa etária de 4 meses a 5 anos. Não foram informados os nomes das instituições à pesquisadora. O primeiro convênio com o município data do ano de 1997.

A normatização dessa parceria é feita através de um convênio estabelecido entre o poder público municipal e as instituições.

A justificativa para a opção pelo convênio é ajudar com a demanda existente da rede municipal de ensino. O formato de subvenção pública é feito através do repasse de verba, mas o valor repassado não foi informado, pois a secretaria de educação alega que esse repasse é feito pelos âmbitos municipal, federal e estadual.

No censo escolar, as matrículas constam como matrículas públicas. O município não possui Creche Domiciliar.

CHARQUEADA

Charqueada é um município localizado a 195 km da capital. Em 2000 sua população era de 13.037 habitantes e em 2010 de 15.085 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 792 crianças entre 0 a 3 anos, e 395 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu PIB *per capita* foi registrado em R\$ 8.152,10 e IDH em 0.782. Segue a frente do poder executivo Hélio Donizete Zanatta, filiado ao PFL.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Charqueada é formada por pré-escolas, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais e finais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 2011.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 09: Matrículas no ensino infantil no município de Charqueada (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	0	0	70	300	0	80
2001	0	0	97	316	0	81
2002	0	0	72	369	0	108
2003	0	0	75	412	0	105
2004	0	0	75	466	0	105
2005	0	0	90	518	0	67
2006	0	0	75	391	0	62
2007	0	0	128	353	0	0
2008	0	0	123	327	0	0
2009	0	0	132	357	0	0
2010	0	0	146	356	0	0

Fonte: Banco de dados "Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)"

Neste município, as matrículas públicas estão zeradas, pois a creche foi integrada ao sistema de ensino esse ano, justificando assim, a rede privada, que ao contrario, tende a crescer o número de atendimento, apresentando, se comparados os anos de 2000 e 2010, 47% a mais de matrículas.

Já na pré-escola, a situação é inversa, onde as matrículas públicas tem forte influência sobre as matrículas privadas, e se tem um crescimento de 84%, se comparados os anos 2000 e 2010. Na rede privada, se comparados os mesmos anos, observa-se queda de -80% no número de matrículas, sendo que a partir do ano de 2007, as matrículas zeram, constando somente atendimento municipal.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Charqueada possui uma instituição privada conveniada com a prefeitura, sendo esta o Centro Comunitário de Charqueada, de caráter filantrópico. O primeiro convênio estabelecido entre o poder público e essa instituição foi em 2003.

A normatização dessa parceria é oficializada a partir de um convênio estabelecido entre ambas as partes.

A justificativa para a opção pelo convênio é a necessidade de atender a todos que precisam de uma vaga, já que a rede municipal integrou a creche somente este ano.

A subvenção é feita através de repasse anual de verba para a instituição, sendo que no ano de 2001 foi repassado R\$ 25.000,00 para gastos diversos. Além da verba, a subvenção também é feita através da cessão de profissionais, com exceção dos professores, onde este fica a cargo da instituição.

No censo escolar, essas matrículas referentes ao convênio constam como públicas. O município não possui Creche Domiciliar.

CHAVANTES

Chavantes é um município localizado a 370 km da capital. Em 2000, sua população era de 12.194 habitantes, e em 2010 de 12.114 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 701 crianças entre 0 a 3 anos, e 380 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH foi registrado em 0.776 e o PIB *per capita* em R\$ 13.899,50. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Ana Alonso, filiado ao PP.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Chavantes é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais e finais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 2002.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 10: Matrículas no ensino infantil no município de Chavantes (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	34	0	20	672	0	12
2001	0	0	0	692	0	29
2002	33	0	35	695	0	25
2003	107	0	83	661	0	25
2004	117	0	81	635	0	24
2005	95	0	48	610	0	27
2006	104	0	49	479	0	18
2007	93	0	27	539	0	47
2008	105	0	30	500	0	48
2009	138	0	27	239	0	1
2010	152	0	11	310	0	10

Fonte: Banco de dados "Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)"

Na tabela apresentada, no que se refere à creche, é possível observar que as matrículas da rede municipal, tiveram crescimento de 22%, se comparados os anos de 2000 e 2010, destacando o ano de 2001 com nenhuma matrícula, e o ano de 2010 com 152 matrículas, sendo este o maior número apresentado. Na rede privada, é possível observar que tiveram muitas diferenças entre os anos, destacando-se também o ano de 2001 com nenhuma matrícula, e o ano de 2003 com 83 matrículas, sendo este o maior número apresentado. Se comparados os anos de 2000 e 2010, houve queda de -181% no número de matrículas da rede privada.

Na pré-escola, as vagas públicas começam a diminuir significativamente, e comparando os anos de 2000 e 2010, há uma queda de -216% no número de matrículas. Na rede privada, os números sofrem diversas mudanças, ora aumentando e ora diminuindo, onde se pode dar destaque para o ano de 2009, que teve somente uma matrícula, e comparando os anos de 2000 e 2010, é apresentada uma queda de -120% nas matrículas.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Chavantes possui uma instituição privada conveniada a prefeitura, sendo esta a creche Reino Encantado, de caráter filantrópico e religioso, que atende crianças de 6 meses a 7 anos. O primeiro convênio estabelecido no município data de 1999.

A normatização estabelecida para essa parceria é feita através de convênio entre a instituição e o poder público municipal.

A justificativa para a opção pelo convênio é a necessidade de mais vagas para atender a demanda, portanto, o convênio foi uma opção mais rápida para a solução do problema.

A subvenção a essa creche é feita através da cessão de oito professores da rede, funcionários para diversas funções e também cessão do prédio que é utilizado pela instituição. Não há repasse direto de verba.

No censo escolar, as vagas oferecidas por essa creche constam como matrículas públicas, onde isso explica a diferença entre as matrículas públicas e privadas.

O município não possui Creche Domiciliar.

CRAVINHOS

Cravinhos é um município localizado a 297 km da capital. Em 2000, se registrou no município 28.411 habitantes, e em 2010, 31.691 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 1.576 crianças entre 0 a 3 anos, e 848 crianças entre 4 a 5 anos.

O PIB *per capita* ficou em R\$ 12.929,78 e IDH em 0.815. Segue a frente do poder executivo é José Francisco Matasso Ferdinando, filiado ao PSDB.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Cravinhos é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 2001

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 11: Matrículas no ensino infantil no município de Cravinhos (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	0	0	0	759	0	23
2001	50	0	109	787	0	122
2002	63	0	93	821	0	151
2003	52	0	97	819	0	214
2004	55	0	102	877	0	200
2005	116	0	146	945	0	293
2006	118	0	179	927	0	258
2007	113	0	171	887	0	222
2008	126	0	211	889	0	244
2009	130	0	253	663	0	181
2010	198	0	244	662	0	203

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

Nas matrículas que se referem à creche, é possível ver que houve um pequeno crescimento durante os anos apresentados na tabela, sendo de 198%, se comparados os anos de 2000 e 2010. Na rede privada, as matrículas também apresentam um crescimento, e comparados os anos de 2000 e 2010, há aumento de 244% – número superior que a rede municipal de ensino.

No se que se refere à pré-escola, as matrículas públicas caem, representando um *déficit* de -114% de matrículas, se comparados os anos de 2000 e 2010. Na rede privada, porém, o crescimento é significativo, e se comparados os anos de 2000 e 2010, fica em -11% no número de matrículas.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Cravinhos possui uma instituição privada conveniada com a prefeitura, de caráter filantrópico, atendendo a faixa etária de 4 meses a 5 anos. Não foi informado o nome da instituição a pesquisadora. O primeiro convênio estabelecido teve início em 1997.

A normatização da parceria estabelecida entre a instituição e a prefeitura é feita através do convênio.

A justificativa para a opção pelo convênio é auxiliar no atendimento de vagas que são necessárias nesse setor.

O formato de subvenção pública é feita somente através do repasse de verba, sendo este um valor *per capita*, que em 2011 foi estipulado em R\$ 200,00. No convênio não há separação do valor destinado por idade

No censo escolar, as matrículas oriundas do conveniamento constam como matrículas públicas. O município não possui Creche Domiciliar.

DESCALVADO

Descalvado é um município localizado a 242 km da capital. Em 2000, foram registrados 28.921 habitantes na cidade, e em 2010, 31.056 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 1.396 crianças entre 0 a 3 anos, e 683 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.820, e seu PIB *per capita* em R\$ 20.574,03. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Luís Antonio Panone, filiado ao PPS.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Descalvado é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais e finais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais e finais do ensino fundamental. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 1999.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 12: Matrículas no ensino infantil no município de Descalvado (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	315	0	0	1171	0	0

2001	251	0	0	1212	0	0
2002	191	0	0	1311	0	0
2003	197	0	0	1240	0	9
2004	290	0	0	1203	0	29
2005	301	0	80	1180	0	156
2006	333	0	100	1032	0	172
2007	169	0	112	660	0	28
2008	184	0	148	684	0	59
2009	192	0	158	650	0	73
2010	273	0	153	609	0	79

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

Neste município, nas matrículas referentes à creche, se vê queda de - 115%, se comparados os anos de 2000 e 2010, sendo que o no ano de 2007 que apresenta o menor número – 169 matrículas – e o ano de 2006 o maior número – 333 matrículas. Na rede privada, os números sofrem o oposto, aumentando relativamente durante os anos apresentados na tabela, tendo um aumento de 153%, se comparados os anos de 2000 e 2010. Ressalta-se ainda o fato de as matrículas privadas começaram a evoluir a partir de 2005.

Referente à pré-escola, pode-se ver uma grande queda nas matrículas públicas de -192%, se comparados os anos de 2000 e 2010, sendo que o ano de 2002 apresenta o maior número – 1311 matrículas – e o ano de 2010 o menor número – 609 matrículas. Na rede privada, a tendência é a inversa que a pública, e se comparados os mesmos anos, 2000 e 2010, vê-se um aumento de 79% no número de matrículas.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Descalvado tem duas instituições privadas conveniadas com a prefeitura, sendo estas a Creche Sonho Infantil e o Lar Escola Imaculada Conceição, ambas de caráter filantrópico e que atendem a faixa etária de 4 meses a 5 anos. O convênio teve seu início em 2005.

A normatização das instituições parcerias com o poder público municipal é feita através de um convênio.

A justificativa para a opção pelo convênio novamente é para atender a demanda de vagas existente no município, e para tanto, o convênio vem a colaborar para isso.

A subvenção para ambas instituições é feita através de repasse de verba *per capita*, estipulado para o ano de 2011, em R\$ 165,00, sem separação do valor destinado por idade além da cessão de funcionários para diversas funções, com exceção de docentes.

No censo escolar, as vagas referentes ao convênio constam como públicas. O município não possui Creche Domiciliar.

DIVINOLÂNDIA

Divinolândia é um município localizado a 209 km da capital. Em 2000, foram registrados 12.016 habitantes, e em 2010, 11.208 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 446 crianças entre 0 a 3 anos, e 255 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.788, e seu PIB *per capita* em R\$11.674,24. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, João Sebastião de Almeida, filiado ao PTB.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Divinolândia é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais e finais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais e finais do ensino fundamental. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 1980.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 13: Matrículas no ensino infantil no município de Divinolândia (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	42	0	0	425	0	0

2001	0	0	0	407	0	0
2002	35	0	0	354	0	0
2003	0	0	0	420	0	0
2004	0	0	0	443	0	0
2005	0	0	0	487	0	0
2006	0	0	11	441	0	0
2007	0	0	32	376	0	0
2008	10	0	30	361	0	0
2009	0	0	16	209	0	0
2010	30	0	15	196	0	0

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

Na tabela apresentada, é possível observar que no que se refere à creche, as matrículas oscilam bruscamente, apresentando dados em apenas alguns anos, e se comparados os anos de 2000 e 2010, vê-se uma queda de -140% no número de matrículas. Na rede privada, as matrículas tiveram algumas diferenças nos anos apresentados na tabela, tendo seu maior pico em 2007, e se comparados os anos de 2000 e 2010, se tem um crescimento de 15% no número de matrículas.

No que se refere à pré-escola, se pode observar que as matrículas públicas diminuem, e se comparado os anos de 2000 e 2010, há uma queda de -216% no número de matrículas, sendo o ano de 2010 com o menor número – 196 matrículas – e o ano de 2005 com o maior número – 487 matrículas. No setor privado, não há matrículas na pré-escola.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Divinolândia possui uma instituição privada conveniada com a prefeitura, sendo esta o Lar da Criança, que não possui fins lucrativos, e atende a faixa etária de 6 meses a 6 anos e 11 meses. O ano de início da parceria não foi informado.

A normatização entre a instituição parceira e a prefeitura é feita através de um convênio.

Como justificativa para a opção pelo convênio por parte da prefeitura, foi apontado à necessidade de suprir a falta de vagas presente na rede pública de ensino.

O formato de subvenção pública era feito com um repasse de R\$ 2000.00 mensais, vindos da União. Desde 2006, houve uma mudança nesse repasse que era caracterizado como irregular e que deveria ser regulamentado pelo MEC em um determinado prazo, mas como isso não ocorreu o repasse foi cortado. Em 2009, o prefeito assumiu o repasse de recursos através da prefeitura, pagando o mesmo valor e também cedendo os funcionários, os docentes e o prédio.

O município não possui Creche Domiciliar.

DRACENA

Dracena é um município localizado a 651 km da capital. Em 2000, foi registrado 40.500 habitantes, e em 2010, 43.258 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 1.719 crianças entre 0 a 3 anos, e 896 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.800, e seu PIB *per capita* em R\$11.292, 91. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Célio Rejani, filiado ao PV.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Dracena é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais e finais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 1999.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 14: Matrículas no ensino infantil no município de Dracena (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	362	0	44	669	0	0
2001	297	0	53	854	0	0
2002	422	0	141	897	0	142
2003	267	0	134	974	0	167
2004	320	0	85	1004	0	171
2005	689	0	82	702	0	163

2006	657	0	102	387	0	95
2007	535	0	144	687	0	116
2008	602	0	150	638	0	75
2009	601	0	141	690	0	98
2010	684	0	158	674	0	111

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

As matrículas referentes à creche na rede municipal apresentam um crescimento de 52% no número de matrículas se comparados os anos de 2000 e 2010, sendo o ano de 2005 com o maior número – 689 matrículas – e o ano de 2003 com o menor número – 267 matrículas. Na rede privada, a tendência é o aumento de matrículas, e se comparado os anos de 2000 e 2010, se vê um aumento de 27% no número de matrículas.

No que se refere à pré-escola, as matrículas públicas apresentam algumas oscilações, onde comparados os anos de 2000 e 2010, se tem um aumento de 99% no número de matrículas. No setor privado, as oscilações também são relevantes, e se comparados os anos de 2000 e 2010, é apresentado um aumento de 111% no número de matrículas.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Dracena possui uma instituição privada conveniada com a prefeitura, sendo esta a APMIAD – Associação de Proteção da Maternidade, à Infância e a Adolescência de Dracena – de caráter assistencialista, sem fins lucrativos. Atende a faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses. O convênio teve início no ano de 1996.

A normatização da parceria é feita através de um convênio estabelecido entre a instituição e a prefeitura.

A justificativa pelo convênio é que a creche, por ser uma associação e não ter um “dono” procurou a prefeitura para pedir ajuda para se manter e numa tentativa de municipalização da mesma, já que ela atende com o convênio há a mais de 20 anos. No entanto, a municipalização não foi feita, mas o convênio foi estabelecido e é renovado a cada ano.

No censo escolar, as vagas oferecidas pela associação constam como matricular públicas. A subvenção a essa instituição é feita através de repasse de

verbas em um valor não informado, para compra de material pedagógico e alimentação, além da cessão de professores.

O município não possui Creche Domiciliar.

ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

Espírito Santo do Pinhal é um município localizado a 202 km da capital. Em 2000, foram registrados 40.480 habitantes e em 2010, 41.907 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 1.831 crianças entre 0 a 3 anos, e 1.013 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.808, e seu PIB *per capita* em R\$ 14.087,03. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Marilza Roberto da Costa, filiada ao PPS.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Espírito Santo do Pinhal é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 1999.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 15: Matrículas no ensino infantil no município de Espírito Santo do Pinhal (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	670	0	101	1472	0	404
2001	573	0	144	1552	0	4729
2002	555	0	148	1479	0	464
2003	665	0	213	1586	0	401
2004	346	0	150	1202	0	403
2005	359	0	140	1165	0	397
2006	355	0	98	1137	0	387
2007	423	0	105	987	0	292
2008	448	0	130	995	0	292

2009	391	0	130	999	0	242
2010	519	0	180	674	0	208

Fonte: Banco de dados "Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)"

Na tabela apresentada, é possível ver que, as matrículas referentes à creche, na rede municipal crescem aos poucos, porém, se comparados os anos de 2000 e 2010, se tem uma queda de -129% no número de matrículas. Na rede privada, os números sobem e descem, mas finalizam os anos apresentados em alta, e se comparados anos de 2000 e 2010, se vê um crescimento de 56% no número de matrículas.

Na pré-escola, na rede municipal, os números caem bruscamente, tendo uma queda de -218% no número de matrículas, se comparados os anos de 2000 e 2010. Na rede privada, também há queda, de -194% no número de matrículas, se comparados os mesmos anos.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Espírito Santo do Pinhal possui duas instituições privadas conveniadas com a prefeitura, sendo estas o Recanto Infantil Ana Vilas Boas e o Lar Jesus de Pinhal, ambas de caráter filantrópico. O primeiro convênio estabelecido entre o setor privado e a prefeitura foi em 2008.

A normatização da parceria entre as instituições e o poder público é feito através de convênio.

A justificativa para a opção pelo convênio é auxiliar a sanar o número da demanda existente na rede municipal de ensino.

O formato de subvenção pública é feito através do repasse de verba anual, sendo que no ano de 2011 o valor repassado foi de R\$ 18.000,00 para a primeira instituição e R\$ 21.000,00 para a outra instituição, que segundo foi informado, atende mais crianças que a primeira.

No censo escolar, as matrículas constam como matrículas públicas. O município não possui Creche Domiciliar.

FARTURA

Fartura é um município localizado a 357 km da capital. Em 2000, foi registrado na cidade 15.010 habitantes, e em 2010, 15.320 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 701 crianças entre 0 a 3 anos, e 352 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.772, e seu PIB *per capita* em R\$ 10.062,34. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Paulo Amamura, filiado ao PMDB.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Fartura é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 1999.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 16: Matrículas no ensino infantil no município de Fartura (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	39	0	0	664	0	10
2001	54	0	0	713	0	8
2002	65	0	0	736	0	32
2003	73	0	0	738	0	47
2004	80	0	0	719	0	39
2005	93	0	0	761	0	33
2006	140	0	4	648	0	33
2007	208	0	6	508	0	19
2008	206	0	7	484	0	19
2009	303	0	13	329	0	20
2010	252	0	70	316	0	29

Fonte: Banco de dados "Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)"

Nas matrículas referentes à creche, observa-se que na rede municipal, há aumentos significativos no número de matrículas, ficando em alta de 15% de crescimento se comparados os anos de 2000 e 2010, destacando-se o ano de

2005 com o menor número – 93 matrículas - e o ano de 2009 com o maior número de matrículas - 303. Na rede privada, o número é inferior a rede municipal, mas apresenta-se em crescimento de 70% se comparados os anos de 2000 e 2010, destacando-se o fato de que as matrículas começaram a constar a partir do ano de 2006.

Na pré-escola, as matrículas da rede municipal diminuem ao longo dos anos, apresentando uma diferença -210% se comparadas os anos de 2000 e 2010, sendo o ano de 2010 com o menor número – 316 matrículas. Na rede privada, as matrículas começam em alta, mas tendem a se diferenciar nos outros anos, e comparando os anos de 2000 e 2010, se tem uma crescimento de 34% no número de matrículas.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Fartura duas instituições privadas conveniadas com a prefeitura, ambas sem fins lucrativos, e atendem a faixa etária de 0 a 5 anos.

A normatização da parceria é feita através de convênio, e junto é passado às instituições o plano de ação e um valor percentual de pagamento de profissionais e materiais, ao qual os dados dessa subvenção não foram detalhados para a pesquisadora.

A justificativa para a opção pelo convenio, é a necessidade de suprir a demanda de vagas na rede municipal. Para isso, estão em construção pela prefeitura dois prédios para sanar essa falta de vagas pelo setor publico.

No censo escolar, as vagas referentes a esse convênio são contadas como privadas.

O município não possui Creche Domiciliar.

GARÇA

Garça é um município localizado a 415 km da capital. Em 2000, foram registrados 43.162 habitantes, e em 2010, 43.115 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 2.044 crianças entre 0 a 3 anos, e 1.091 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.783, e seu PIB *per capita* em R\$ 13.237, 91. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Cornélio Marcondes, filiado ao PR.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Garça é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 2000.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 17: Matrículas no ensino infantil no município de Garça (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	405	0	312	1750	0	173
2001	230	0	8	1667	0	189
2002	677	0	20	1755	0	199
2003	830	0	20	1675	0	179
2004	685	0	25	1612	0	165
2005	747	0	16	1750	0	178
2006	559	0	52	1687	0	154
2007	190	0	44	1514	0	55
2008	188	0	28	1438	0	76
2009	343	0	64	754	0	80
2010	378	0	71	950	0	106

Fonte: Banco de dados "Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)"

As matrículas da rede municipal, referentes à creche, sofreram grandes diferenças nos anos apresentados na tabela, destacando-se o ano de 2008, com o menor número – 188 matrículas; quando comparados os dados de 2000 e 2010, há um *déficit* de -107% no número de matrículas. Na rede privada, os números também variam, tendo uma queda de -439%, se comparados os anos de 2000 e 2010, mas ainda estão abaixo das matrículas da rede municipal.

Na pré-escola, na rede municipal o número também cai, tendo uma queda de -184%, se comparados os anos de 2000 e 2010, destacando-se o ano de 2009 com o menor número – 754 matrículas. Na rede privada, também há grandes diferenças, e se comparados os anos de 2000 e 2010, há uma queda de -163%, destacando-se o ano de 2007, com o menor número de matrículas – 55.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Garça possui duas instituições conveniadas com a prefeitura, ambas que não possui fins lucrativos, que atende a faixa etária de 4 meses a 5 anos. O convênio foi estabelecido desde 1986 e ainda esta em vigor, sendo este o mais antigo entre todos os municípios pesquisados.

A normatização da parceria entre as instituições e o poder público municipal é feita através de convênio.

A justificativa para a opção pelo convênio é a falta de vagas na rede municipal de ensino e a necessidade de que esses alunos sejam atendidos.

O formato de subvenção pública é feito através do repasse de verba, *per capita*, sendo estipulado em 2011 em R\$ 340,00, repassados direto para as instituições. No convênio não há separação do valor destinado por idade

No censo escolar, as matrículas constam como matrículas públicas. O município não possui Creche Domiciliar.

GENERAL SALGADO

General Salgado é um município localizado a 545 km da capital. Em 2000, foram registrados 10.824 habitantes na cidade, e em 2010, 10.669. Em 2007, foram contabilizados no município 415 crianças entre 0 a 3 anos, e 212 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.762, e seu PIB *per capita* em R\$ 14.648,24. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Mauro Gilberto Fantini, filiado ao PDT.

Educação do município

A rede municipal de ensino de General Salgado é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais e finais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 2000.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 18: Matrículas no ensino infantil no município de General Salgado (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	28	0	55	259	0	19
2001	34	0	59	247	0	22
2002	33	0	55	255	0	21
2003	40	0	62	271	0	16
2004	40	0	66	260	0	11
2005	38	0	62	270	0	15
2006	29	0	96	236	0	19
2007	25	0	72	209	0	20
2008	36	0	83	224	0	16
2009	24	0	91	110	0	72
2010	31	0	118	108	0	65

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

Neste município, é possível observar que as matrículas da rede municipal referentes à creche não tiveram muitas mudanças nos anos apresentados na tabela, mas se comparados os anos de 2000 e 2010, há um crescimento de 90% no número de matrículas. Na rede privada, os números também cresceram, e se comparados os mesmos anos (2000 e 2010), há um aumento de 46% no número de matrículas.

Na pré-escola, a rede municipal teve uma queda ao longo dos anos – de -239%, se comparado os anos de 2000 e 2010. Na rede privada, ao contrário, houve crescimento, de 29% no número de matrículas, se comparados os anos de 2000 e 2010.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de General Salgado possui uma instituição privada conveniada com a prefeitura, sendo esta o Lar Escola Nossa Senhora Aparecida, que possui caráter filantrópico, e atende a faixa etária de 3 meses a 5 anos. O primeiro convênio foi estabelecido em 2009.

A normatização da parceria entre a instituição e a prefeitura municipal é feita através de conveniamento.

A justificativa para a opção pelo convênio é suprir a demanda de vagas da rede municipal, que não atende o número total de crianças que necessitam da vaga. A subvenção é feita através do repasse de verba para a instituição, em um valor fechado, estipulado para 2011 em R\$ 35.000,00

No censo escolar, as vagas relacionadas com o convênio constam como públicas.

O município não possui Creche Domiciliar.

GUAPIAÇU

Guapiaçu é um município localizado a 472 km da capital. Em 2000, foram registrados 14.086 habitantes, e em 2010, 17.869 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 798 crianças entre 0 a 3 anos, e 436 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.817, e seu PIB *per capita* em R\$ 26.645,15. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Maria Ivanete Hernandez Vetorasso, filiada ao PSDB.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Guapiaçu é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais e finais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 2000.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 19: Matrículas no ensino infantil no município de Guapiaçu (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	71	0	0	511	0	0
2002	105	0	0	517	0	0
2003	127	0	0	571	0	0
2004	143	0	0	608	0	0
2004	100	0	0	630	0	0
2005	109	0	0	617	0	0
2006	147	0	0	595	0	0
2007	208	0	0	406	0	0
2008	288	0	0	382	0	0
2009	296	0	0	388	0	0
2010	293	0	0	409	0	0

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

A partir da tabela apresentada, vê-se que nas matrículas referentes a creche, a rede municipal teve um aumento de 24% no número de matrículas, se comparados os anos de 2000 e 2010, sendo 2000 com o menor número apresentado – 71 matrículas – e o ano de 2009 com o maior número – 296 matrículas. A rede privada não registrou matrículas nesse período.

Na pré-escola, a rede municipal teve queda de -124%, se comparados os anos de 2000 e 2010, sendo o ano de 2008 com o menor número – 382 matrículas – e o ano de 2004 com o maior número – 630 matrículas. A rede privada não registrou matrículas nesse período.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Guapiaçu possui duas instituições privadas conveniadas com a prefeitura, de caráter filantrópico, atendendo a faixa etária de 4 meses a 6 anos. Não foram informados os nomes das instituições a pesquisadora. O primeiro convênio estabelecido teve início em 2004.

A normatização para a parceria entre o poder público municipal e as instituições foi estabelecido através de um convênio.

A justificativa para a opção pelo convênio é auxiliar a sanar o número de vagas que são necessárias na rede municipal de ensino, desta forma, o convênio vem como uma solução imediata.

O formato de subvenção pública é feito através do repasse de verba *per capita*, estipulado para 2011, o valor de R\$ 100,00, sem separação do valor destinado por idade além de ceder os funcionários para funções diversas, com exceção dos docentes.

No censo escolar, as matrículas constam como matrículas públicas, por isso as matrículas privadas permanecem zeradas.

O município não possui Creche Domiciliar.

IBITINGA

Ibitinga é um município localizado a 360 km da capital. Em 2000, dados do IBGE registraram 46.620 habitantes e em 2010, 53.158 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 2.462 crianças entre 0 a 3 anos, e 1.289 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.789, e seu PIB *per capita* em R\$ 11.849,93. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Marco Fonseca, filiado ao PTB.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Ibitinga é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais e finais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e para o ensino médio. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 1999.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 20: Matrículas no ensino infantil no município de Ibitinga (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	97	0	75	1322	0	80

2001	166	0	98	1227	0	86
2002	144	0	64	1244	0	147
2003	184	0	52	1206	0	113
2004	184	0	50	1350	0	85
2005	255	0	33	1404	0	120
2006	298	0	141	1476	0	173
2007	385	0	92	1381	0	147
2008	386	0	133	1490	0	82
2009	429	0	138	930	0	134
2010	532	0	160	898	0	144

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

Nas matrículas referentes à creche, a rede municipal teve um aumento de 18% se comparados os anos de 2000 e 2010, sendo o ano de 2000 com o menor número – 97 matrículas – e o ano de 2010 com o maior número – 532 matrículas. Na rede privada, houve aumento também de 46%, se comparados os mesmos anos, sendo o ano de 2005 com o menor número – 33 matrículas – e o ano de 2010 com o maior número – 160 matrículas.

Na pré-escola, as matrículas da rede municipal sofreram com o sentido inverso, tendo uma queda grande: -147%, se comparados os anos de 2000 e 2010, sendo o ano de 2010 com o menor número – 898 matrículas – e o ano de 2008 com o maior número – 1490 matrículas. Na rede privada, diferença de crescimento de 55%, se comparados os anos de 2000 e 2010, destacando-se o ano de 2008, que teve o menor número de matrículas – 82 – e 2006 com o maior número – 173 matrículas.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Ibitinga possui duas instituições privadas conveniadas com a prefeitura, ambas de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, onde uma instituição atende a faixa etária de 0 a 3 anos (creche, e esta vinculada a uma instituição religiosa), e a outra atende a faixa etária de 4 e 5 anos (pré-escola). Não foi informado o nome das instituições. O convênio foi estabelecido em 2000.

A normatização dessas parcerias entre as instituições e a prefeitura é estabelecida através de um convênio.

A justificativa pela opção pelo convênio é a necessidade de suprir vagas, já que a demanda existente é superior às vagas atendidas municipalmente. A subvenção é feita através de repasse de verbas, fechadas, sendo que para o ano de 2011 foi estipulado o valor de R\$ 70.000,00 para cada para suprir as necessidades existentes, além de ceder os funcionários para funções diversas, com exceção dos docentes.

No censo escolar, as vagas são contadas como matrículas públicas.

O município não possui Creche Domiciliar.

IGARAÇU DO TIETÊ

Igarau do Tietê é um município localizado a 294 km da capital. Em 2000 foram registrados 22.614 habitantes, e em 2010, 23.362 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 1.215 crianças entre 0 a 3 anos, e 694 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.770, e seu PIB *per capita* em R\$ 5.742,24. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Carlos Augusto Gama, filiado ao PSDB.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Igarau do Tietê é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais, educação de jovens e adultos para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e para o ensino médio. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 1999.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 21: Matrículas no ensino infantil no município de Igarau do Tietê (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	47	0	0	715	0	0

2001	122	0	0	640	0	53
2002	241	0	0	647	0	65
2003	292	0	0	725	0	53
2004	251	0	0	710	0	43
2005	325	0	0	785	0	61
2006	236	0	0	785	0	71
2007	93	0	17	724	0	56
2008	210	0	13	776	0	57
2009	196	0	41	451	0	49
2010	267	0	38	425	0	55

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

Na tabela apresentada, se vê que as matriculadas referentes à creche, na rede municipal tiveram algumas diferenças ano a ano, e se comparados os anos de 2000 e 2010, há um crescimento de 17% no número de matrículas, destacando o ano de 2000, que teve o menor número – 47 matrículas – e o ano de 2005 com o maior número de matrículas – 325. Na rede privada, os números tiveram de 38%, se comparados os anos de 2000 e 2010, ressaltando-se que somente a partir de 2007 começaram a ser contabilizadas.

Na pré-escola, as matrículas da rede municipal diminuíram – tendo uma diferença de -168% – se comparados aos anos de 2000 e 2010. Na rede privada, se comparados os mesmos anos, tem-se um crescimento de 55% no número de matrículas, sendo o ano de 2006 com o maior número de matrículas – 71.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Igarapu do Tietê tem uma instituição conveniada com a prefeitura, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, e atende a faixa etária de 6 meses a 5 anos. O ano de início do convênio não foi informado.

A normatização da parceria estabelecida entre a instituição e a prefeitura foi feita através de convênio.

A justificativa pela opção pela parceria foi o suprimento de vagas que são necessárias já que o município não consegue atender a demanda.

No censo escolar, essas vagas oriundas do convênio são contadas como matrículas públicas. A subvenção pública é feita através de repasse de verba,

estipulado para o ano de 2011 em R\$ 20.000,00, além de ceder professores, materiais e oferecer curso de formação para os funcionários.

O município não possui Creche Domiciliar.

ITABERÁ

Itaberá é um município localizado a 318 km da capital. Em 2000, dados registraram 18.911 habitantes, e em 2010, 17.858 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 965 crianças entre 0 a 3 anos, e 539 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.735, e seu PIB *per capita* em R\$ 17.290,16. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Walter Sérgio de Souza Almeida, filiado ao DEM.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Itaberá é formada por creches, escolas de educação infantil, educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental e para o ensino médio. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 2003.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 22: Matrículas no ensino infantil no município de Itaberá (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	0	0	20	181	0	56
2001	0	0	23	194	0	64
2002	0	0	15	217	0	56
2003	194	0	22	213	0	42
2004	19	0	130	396	0	28
2005	24	0	120	372	0	33
2006	8	87	0	337	0	72
2007	11	0	108	364	0	97
2008	18	0	130	377	0	97

2009	17	0	144	371	0	21
2010	199	0	13	403	0	21

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

Nas matrículas referente a creche, na rede municipal houve um aumento significativo se comparado os anos de 2000 e 2010 – 199%, destacando-se o ano de 2010 com o maior número – 199 matrículas. Na rede privada, houveram oscilações, destacando-se o ano de 2006, que não registrou nenhuma matrícula e o ano de 2009, que registrou o maior número (144 matrículas), e se comparados os anos de 2000 e 2010, houve queda de -153%.

Na pré-escola, a rede municipal teve aumento de 44%, destacando-se o ano de 2010 com o maior número. Na rede privada, houve queda de -266%, destacando os anos de 2009 e 2010 com os menores números.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Itaberá teve duas instituições conveniadas com a prefeitura, sem fins lucrativos, atendendo a faixa etária de 3 meses a 5 anos. Não foi informado o nome da instituição a pesquisadora. O convênio foi estabelecido teve início em 1999 e encerrado em 2009.

A normatização dessas parcerias entre as instituições e a prefeitura foram estabelecidas através de um contrato, mas sem conter nele orientações para a instituição trabalhar. Não foram cedidos detalhes desse contrato.

A justificativa para a opção pelo convênio é que ele auxiliou no atendimento das crianças carentes que necessitavam de vaga, até que novas creches municipais fossem construídas. Assim que as creches ficaram prontas, o convênio foi finalizado.

No censo escolar, as matrículas constaram como matrículas privadas. O formato de subvenção pública era feito através do repasse de verba, fechado e direto para a instituição, mas não foi informado o valor estipulado para 2011.

O município não possui Creche Domicilar.

ITIRAPINA

Itirapina é um município localizado a 214 km da capital. Em 2000, dados registraram 12.836 habitantes, e em 2010, 15.524. Em 2007, foram contabilizados no município 604 crianças entre 0 a 3 anos, e 368 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.783, e seu PIB *per capita* em R\$ 11.321,41. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Omar de Oliveira Leite, filiado ao PT.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Itirapina é formada por creches, escolas de educação infantil, educação de jovens e adultos para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e para o ensino médio. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 2009.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 23: Matrículas no ensino infantil no município de Itirapina (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	0	0	123	379	0	146
2001	0	0	108	408	0	170
2002	0	0	125	346	0	145
2003	0	0	158	363	0	142
2004	0	0	150	379	0	150
2005	0	0	148	391	0	152
2006	0	0	142	224	0	152
2007	0	0	135	233	0	44
2008	0	0	134	295	0	0
2009	100	0	144	243	0	0
2010	105	0	173	179	0	0

Fonte: Banco de dados "Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)"

Na tabela apresentada, observa-se que as matrículas referentes à creche na rede municipal, tiveram números significativos em 2009 e 2010, já que antes não foi contada nenhuma matrícula, e se comparados os anos de 2000 e 2010, há um crescimento de 105%. Na rede privada, as matrículas tiveram um aumento de

71% se comparados os anos de 2000 e 2010, destacando-se o ano de 2010 com o maior número – 173 matrículas.

Na pré-escola, as matrículas municipais tiveram uma queda – -211% – se comparados os anos de 2000 e 2010, destacando-se o ano de 2001 com o maior número – 408 matrículas – e o ano de 2010 com o menor número – 179 matrículas. Na rede privada, a partir do ano de 2008, as matrículas foram zeradas, e se comparados os anos de 2000 e 2010, houve uma queda de -146% no número de matrículas.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Itirapina tem uma instituição privada conveniada com a prefeitura, de caráter filantrópico, que atende a faixa etária de 4 meses a 5 anos. Não foi informado o nome da instituição. O convênio teve início em 2006.

A normalização da parceria entre a instituição e o poder público municipal foi estabelecida através de um convênio.

A justificativa para a opção pelo convênio foi a necessidade de suprir a demanda que a o município tinha, já que não são oferecidas vagas suficientes. A subvenção pública é feita através de repasse de verba *per capita*, estipulada para 2011 em R\$ 250,00, sem separação do valor destinado por idade, além de ceder funcionários para diversas funções, com exceção dos docentes.

No censo escolar, as matrículas relacionadas ao convênio são contadas como pública.

O município não possui Creche Domiciliar.

ITUVERAVA

Ituverava é um município localizado a 413 km da capital. Em 2000 foram registrados 36.268 habitantes, e em 2010, 38.695 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 1.999 crianças entre 0 a 3 anos, e 1.020 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.789, e seu PIB *per capita* em R\$ 10.925,83. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Mário Takayoshi Matsubara, filiado ao PSDB.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Ituverava é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais e finais, educação de jovens e adultos para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e para o ensino médio. (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 1999.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 24: Matrículas no ensino infantil no município de Ituverava (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	384	0	82	1466	0	185
2001	321	0	122	1330	0	216
2002	335	0	103	1395	0	227
2003	274	0	153	1333	0	267
2004	253	0	109	1322	0	305
2005	289	0	125	1353	0	194
2006	302	0	115	1249	0	253
2007	316	0	96	1419	0	51
2008	455	0	158	1376	0	31
2009	668	0	109	694	0	38
2010	558	0	161	859	0	93

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

Nas matrículas relacionadas à creche, a rede municipal teve um aumento significativo – 68% – se comparados os anos de 2000 e 2010, destacando-se o ano de 2009 com o maior número: 668 matrículas. Na rede privada, houve crescimento de 50%, se comparados os anos de 2000 e 2010, destacando-se o ano de 2000 com o menor número: 82 matrículas.

Na pré-escola, as matrículas na rede municipal seguem o sentido inverso da creche, tendo uma queda -170% se comparados os anos de 2000 e 2010. Na rede privada, os números também caem, e se comparados os anos de 2000 e

2010, há queda de -198% no número de matrículas, destacando-se o ano de 2008, com menos matrículas: 31.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Ituverava tem duas instituições privadas conveniada com a prefeitura, de caráter filantrópico, e atende a faixa etária de 6 meses a 5 anos. O convênio teve início no ano de 1996.

A normalização estabelecida entre as instituições e a prefeitura foi o convênio.

A justificativa pela opção pela parceria é que ambas as instituições são antigas e que muitos bairros não tem creche, sendo assim, a parceria viria a sanar as vagas que eram necessárias.

No censo escolar, essas vagas são contadas como matrículas públicas. A subvenção é feita por doação de dinheiro pelo poder público, em um valor não informado, mas que é suficiente para sanar todos os gastos que se tem, além da cessão de professores, materiais pedagógicos, e curso de formação para todos os funcionários e docentes.

O município não possui Creche Domiciliar.

JACUPIRANGA

Jacupiranga é um município localizado a 217 km da capital. Em 2000, dados registraram 17.041 habitantes, e em 2010, 17.208 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 998 crianças entre 0 a 3 anos, e 486 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.760, e seu PIB *per capita* em R\$ 9.764,39. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, João Batista de Andrade, filiado ao PT.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Jacupiranga é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais,

educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 2004.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 25: Matrículas no ensino infantil no município de Jacupiranga (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	0	0	4	651	0	21
2001	0	0	0	625	0	42
2002	0	0	0	629	0	29
2003	0	0	0	634	0	28
2004	32	0	7	604	0	23
2005	0	0	0	636	0	24
2006	0	0	0	554	0	24
2007	28	0	14	522	0	23
2008	52	0	19	567	0	22
2009	66	0	72	362	0	29
2010	44	0	65	301	0	22

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

Na tabela apresentada, é possível observar que as matrículas referentes à creche, na rede municipal, começaram a ter um avanço a partir de 2007, e se comparados os anos de 2000 e 2010, se obtém um crescimento de 44% no número de matrículas. Na rede privada, os números mais significativos também apareceram em 2007, e se comparados os anos de 2000 e 2010, houve um crescimento de 6% no crescimento das matrículas, destacando-se 2009 com o maior número – 72 matrículas.

Na pré-escola, porém, na rede municipal houve uma queda no número de matrículas ao longo dos anos – -216%, se comparados os anos de 2000 e 2010, destacando-se o ano de 2000 com o maior número de matrículas – 651. Na rede privada, apesar de serem poucas se comparadas com as matrículas públicas, houve um crescimento de 95%, se comparados os anos de 2000 e 2010.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Jacupiranga possui uma instituição privada conveniada com a prefeitura, de caráter filantrópico, atendendo a faixa etária de 3 meses a 5 anos. Não foi informado o nome da instituição a pesquisadora. O primeiro convênio estabelecido teve início em 2007.

A normalização da parceria entre a instituição e o poder público municipal foi estabelecida através de um convênio.

A justificativa para a opção pelo convênio é que as vagas que a rede municipal oferece são menores que o número de vagas que são necessárias.

O formato de subvenção pública é feito através do repasse de verba, em um valor fechado, estipulado para o ano de 2011 em R\$ 75.000,00, além de ceder funcionários para funções diversas, com exceção dos docentes.

No censo escolar, as matrículas constam como matrículas públicas. O município não possui Creche Domiciliar.

JOSÉ BONIFÁCIO

José Bonifácio é um município localizado 480 km da capital. Em 2000, foram registrados 28.714 habitantes no município e em 2010, 32.763. Em 2007, foram contabilizados no município 1.558 crianças entre 0 a 3 anos, e 800 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.817, e seu PIB *per capita* em R\$ 17.454.90. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Pedro Brandão, filiado ao PSB.

Educação do município

A rede municipal de ensino de José Bonifácio é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais e finais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 1999.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 26: Matrículas no ensino infantil no município de José Bonifácio (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	279	0	59	663	0	223
2001	289	0	79	657	0	199
2002	239	0	60	827	0	210
2003	104	0	66	879	0	193
2004	149	0	64	960	0	192
2005	147	0	108	876	0	355
2006	251	0	109	814	0	238
2007	197	0	86	777	0	221
2008	220	0	91	837	0	198
2009	270	0	112	502	0	177
2010	317	0	135	471	0	154

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

Nas matrículas com relação à creche, na rede municipal é possível observar que houve um crescimento no número de vagas ofertadas – aumento 88%, se comparados os anos de 2000 e 2010, destacando-se o ano de 2010 com o maior número – 317 matrículas. Na rede privada, as matrículas tiveram algumas oscilações, mas, se comparados os anos de 2000 e 2010, há um aumento de 43% no número de matrículas, destacando-se o ano de 2010 com o maior número – 135 matrículas.

Na pré-escola, a rede municipal teve uma queda significativa, de -140%, se comparados os anos de 2000 e 2010, sendo o ano de 2010 com o menor número – 471 matrículas. Na rede privada, porém, se comparados os anos de 2000 e 2010, é apontado uma queda de -144%, destacando-se o ano de 2005 com o maior número – 355 matrículas.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de José Bonifácio possui duas instituições privadas conveniadas com a prefeitura, ambas sem fins lucrativos, atendendo a faixa etária de 4 meses a 6 anos. Não foram informados os nomes das instituições a pesquisadora. O primeiro convênio estabelecido teve início em 2001.

A normalização da parceria entre a instituição e a prefeitura municipal foi estabelecida através de um convênio.

A justificativa para a opção pelo convênio é a necessidade do oferecimento de mais vagas nessa modalidade de ensino, ao qual a prefeitura não consegue sanar com as creches que já tem.

O formato de subvenção pública é feito através do repasse de verba *per capita*, estipulada para 2011 no valor de R\$ 85,00, sem separação do valor por idade, além de ceder o prédio que é utilizado pela instituição.

No censo escolar, as matrículas oriundas do convênio constam como matrículas públicas.

O município não possui Creche Domiciliar.

JUQUITIBA

Juquitiba é um município localizado a 74 km da capital. Em 2000, foram registrados 26.459 habitantes, e em 2010, 28.737 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 1.640 crianças entre 0 a 3 anos, e 910 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.754, e seu PIB *per capita* em R\$ 6.829,00. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, Maria Aparecida Maschio Pires, filiada ao PDT.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Juquitiba é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais e finais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais do ensino fundamental (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 1999.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 27: Matrículas no ensino infantil no município de Juquitiba (2000/2010)

Ano	Creche	Pré-Escola
-----	--------	------------

	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	0	0	114	885	0	36
2001	0	0	96	874	0	169
2002	0	0	86	934	0	140
2003	0	0	125	1028	0	41
2004	0	0	131	1299	0	101
2005	45	0	121	1337	0	59
2006	38	0	91	1279	0	55
2007	37	0	114	1194	0	66
2008	50	0	141	1302	0	68
2009	160	0	104	524	0	45
2010	231	0	126	478	0	38

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

A partir das matrículas apresentadas na tabela, no que se refere a creche, é possível observar que a rede municipal teve um grande crescimento no número de matrículas – 231%, se comparados os anos de 2000 e 2010, sendo o ano de 2010 com o maior número – 231 matrículas. Na rede privada, porém, as matrículas também cresceram, e se comparados os anos de 2000 e 2010, se vê um crescimento de 90%.

Já na pré-escola, a rede municipal teve um *déficti* de -185%, se comparados os anos de 2000 e 2010, o que representa um dado relevante, onde o ano de 2010 se destaca com o menor número de matrículas: 478. Na rede privada, houve crescimento de 94%, se comparados os anos de 2000 e 2010.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Juquitiba possui uma instituição privada conveniada com a prefeitura, de caráter filantrópico, atendendo a faixa etária de 3 meses a 6 anos. Não foi informado o nome da instituição a pesquisadora. O primeiro convênio estabelecido teve início em 2006.

A normalização da parceria entre a instituição e a prefeitura municipal foi estabelecida através de um convênio.

A justificativa para a opção pelo convênio o número da demanda existente ser maior que o número de vagas oferecidas atualmente na rede municipal.

O formato de subvenção pública é feito através do repasse de verba per capita, estipulado para o ano de 2011 em R\$ 180,00. No convênio não há separação do valor destinado por idade

No censo escolar, as matrículas oriundas do conveniamento constam como matrículas públicas.

O município não possui Creche Domiciliar.

LUCÉLIA

Lucélia é um município localizado a 574 km da capital. Segundo dados, em 2000, foram registrados no município 18.316 habitantes, e em 2010, 19.882 habitantes. Em 2007, foram contabilizados no município 912 crianças entre 0 a 3 anos, e 481 crianças entre 4 a 5 anos.

Seu IDH ficou em 0.782, e seu PIB *per capita* em R\$ 9.475,45. Segue a frente do poder executivo, na gestão 2009-2012, João Pedro Morandi, filiado ao PT.

Educação do município

A rede municipal de ensino de Juquitiba é formada por creches, escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental para os anos iniciais e finais, e educação de jovens e adultos para os anos iniciais e finais do ensino fundamental (INDICADORES DEMOGRAFICOS E EDUCACIONAIS, 2011).

Segundo a secretaria de educação do município, as creches foram integradas ao Sistema Municipal de Ensino em 1999.

Segue abaixo a evolução das matrículas na rede municipal e privada.

Tabela 28: Matrículas no ensino infantil no município de Lucélia (2000/2010)

Ano	Creche			Pré-Escola		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP
2000	44	0	71	570	0	22
2001	53	0	49	516	0	69
2002	39	0	40	570	0	64
2003	33	0	58	582	0	79
2004	48	0	36	605	0	77
2005	74	0	45	640	0	76

2006	69	0	33	614	0	72
2007	85	0	52	624	0	21
2008	103	0	88	432	0	32
2009	113	0	84	444	0	36
2010	130	0	87	379	0	25

Fonte: Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”

A partir da tabela, pode-se ver que nas matrículas referentes à creche, a rede municipal teve um aumento no número, de 33%, se comparados os anos de 2000 e 2010, destacando-se o ano de 2010 com o maior número – 130 matrículas. Se comparado com a rede privada, o que se pode observar é que a oferta ainda é maior na rede municipal, mas a rede privada também está em tendência de crescimento, em 81%, se comparados os mesmo anos.

Na pré-escola, o sentido seguido é o inverso, já que na rede municipal há uma queda de -150% no número de matrículas se comparados os anos de 2000 e 2010, sendo o ano de 2010 com o menor número – 379 matrículas. Na rede privada, se comparados os mesmos anos, as matrículas crescem, chegando a 88%.

A rede estadual permaneceu ausente na oferta da Educação Infantil.

A parceria

O município de Lucélia possui uma instituição privada conveniada com a prefeitura, de caráter filantrópico e atende crianças de 0 a 3 anos de idade. Não foi cedido o nome da instituição a pesquisadora. O primeiro convênio foi estabelecido em 2008.

A normalização da parceria entre a instituição e o poder público municipal foi estabelecida através de um convênio.

A justificativa para a opção pelo convênio é que após a criação do Fundeb, a lei permitiu o repasse de verbas para as instituições privadas.

A subvenção pública é feita através do repasse de verba a essa instituição, no valor estipulado pelo Fundeb para o ano de 2011.

No censo escolar, essas vagas constam como matrículas privadas. O município não possui Creche Domicilar.

3 – TENDÊNCIAS MUNICIPAIS

Neste capítulo é feita a análise das tendências municipais, quanto ao ano de integração das creches nos sistemas municipais de ensino, tipos de instituições conveniadas, formato de subsídios públicos para essas instituições, justificativas da opção pelo convênio, e evolução de matrículas pós Fundeb. As tendências foram apontadas considerando-se o conjunto de municípios pesquisados.

Dos 28 municípios analisados, 5 municípios, sendo eles Barra Bonita, Cravinhos, Descalvado, Guapiaçu, e José Bonifácio estão acima do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de São Paulo que ficou em 0,814, e os demais (23 municípios), estão abaixo da média estadual. Destaca-se o município de Barra Bonita e Descalvado com o maior índice (ambos com 0,820) e o município de Itaberá com o menor índice (0,735).

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB *per capita*), Araçariguama destaca-se como município com o maior produto (R\$ 112.681,68) em 2008, e o município de Igaraçu do Tietê com o menor produto (R\$ 5.742,24). O PIB de Araçariguama é dezenove vezes superior ao de Igaraçu do Tietê, o que indica um desenvolvimento em crescimento no município.

3.1 - AS PARCERIAS

A partir da tabela, serão detalhados e discutidos os itens sobre os dados gerais das parcerias.

Tabela 29: Dados gerais das parcerias público privado

Município	Número de instituições conveniadas	Tipo de instituição	Ano de início do primeiro convênio	Em vigência?
Araçariguama	2	Sem fins lucrativos	1999	Sim
Areiópolis	2	Sem fins lucrativos (filantrópica)	2001	Sim
Barra Bonita	-	-	1997	-
Bastos	1	Sem fins lucrativos (filantrópica)	1997	Sim
Caconde	1	Sem fins lucrativos (filantrópica)	1996	Sim

Cajuru	1	Sem fins lucrativos (filantrópica)	1996	Sim
Casa Branca	1	Sem fins lucrativos	2009	Sim
Cerqueira César	2	Sem fins lucrativos (filantrópica)	1996	Sim
Charqueada	1	Sem fins lucrativos (filantrópica)	2003	Sim
Chavantes	1	Sem fins lucrativos (filantrópica)	1999	Sim
Cravinhos	1	Sem fins lucrativos (filantrópica)	1996	Sim
Descalvado	2	Sem fins lucrativos (filantrópica)	2005	Sim
Divinolândia	1	Sem fins lucrativos (filantrópica)	Não informado	Sim
Dracena	1	Sem fins lucrativos	1996	Sim
Espírito Santo do Pinhal	2	Sem fins lucrativos (filantrópica)	2008	Sim
Fartura	2	Sem fins lucrativos	1996	Sim
Garça	2	Sem fins lucrativos	1986	Sim
General Salgado	1	Sem fins lucrativos (filantrópica)	2009	Sim
Guapiaçu	2	Sem fins lucrativos (filantrópica)	Não informado	Sim
Ibitinga	2	Sem fins lucrativos	Não informado	Sim
Igaraçu do Tietê	1	Sem fins lucrativos	Não informado	Sim
Itaberá	2	Sem fins lucrativos	Não informado	Encerrado em 2009
Itirapina	1	Sem fins lucrativos (filantrópica)	2006	Sim
Ituverava	2	Sem fins lucrativos (filantrópica)	1996	Sim

Jacupiranga	1	Sem fins lucrativos (filantrópica)	2007	Sim
José Bonifácio	2	Sem fins lucrativos	2001	Sim
Juquitiba	1	Sem fins lucrativos (filantrópica) (filantrópica)	2006	Sim
Lucélia	1	Sem fins lucrativos	2008	Sim

Fonte: ABDALLA, P. A.

3.2 - ANO DE INTEGRAÇÃO DAS CRECHES NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

A partir da LDB de 1996, e o reconhecimento da educação infantil como etapa da educação básica, é tratado em seus artigos 29 e 30:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

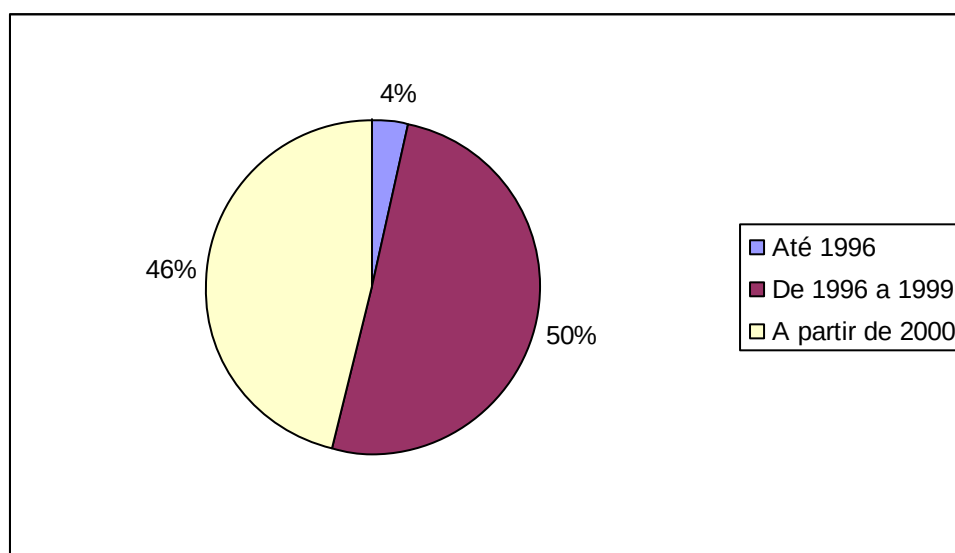
Para tanto, é complementado no artigo 89:

Art. 89. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino. (BRASIL, 1996)

Considerado por diversos autores, como Kuhlmann (1999) e Fulgraff (2008), esse foi um ganho para a educação infantil, pois garante os direitos da criança pequena a educação.

A partir do prazo estabelecido pela legislação, é analisado o ano de integração das creches no sistema municipal de educação.

Gráfico 01: Ano de integração das creches no sistema de ensino municipal



A partir do gráfico, pode-se observar que 4% dos municípios integraram-se ao sistema municipal de ensino até o ano de 1996, 50% integrou-se entre os anos de 1996 a 1999. Muitos deles, como se vê, integraram-se ao sistema de ensino no ano limite posto pela LDB de 1996, mas ainda assim, muitos não cumpriram com a lei, sendo estes representados por 46% do total de municípios.

Dessa forma, todos os municípios integram o sistema municipal de educação.

3.3 - CONVÊNIOS

Como já citado anteriormente, em 2009 o MEC lançou um documento intitulado “Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil”, onde são estabelecidas as orientações para os conveniamentos. Deste mesmo documento destaca-se a definição de convenio pelo MEC *apud* Di Pietro (2000, p.284): *“forma de ajuste entre o poder público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração”*. Também é ressaltado nesse documento que o convênio está disciplinado no art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que estabelece procedimentos e exigências.

O convênio é uma estratégia presente em muitos municípios para garantir a oferta da educação infantil. Tal estratégia pressupõe que as duas partes, poder público e instituição, possuem interesses comuns – atendimento educacional à criança – e prestam mútua colaboração para atingir seus objetivos. A atuação do poder público não deve se limitar ao

repassa de recursos, mas envolver permanente supervisão, formação continuada, assessoria técnica e pedagógica. Ações como essas expressam o real compromisso do poder público municipal com a qualidade do atendimento às crianças e às famílias. (BRASIL, 2009)

No entanto, segundo a Lei nº 8.666, de 1993, os convênios podem ser anulados a qualquer instante, quando do não cumprimento a prestação de contas:

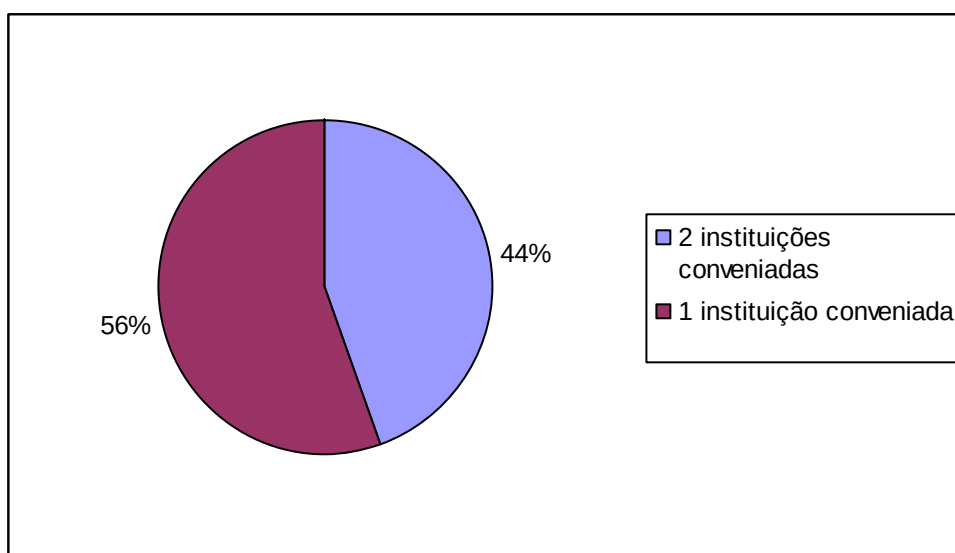
- I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;
- II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas convencionais básicas;
- III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno. (BRASIL, 1993, Art. 116, § 4º)

Dos 28 municípios estudados nesta pesquisa, 25 utilizam como normatização da parceria público-privado o convênio, com exceção do município de Barra Bonita que não cedeu informações sobre a parceria existente no município, e os municípios de Areiópolis e Itaberá que tem como normatização o contrato. No caso de Areiópolis, juntamente com o contrato é passado um plano de ação a ser cumprido, com determinações do poder público. Já no caso de Itaberá a informação repassada é que não é passado nenhum plano de ação, sendo então essa parceria regida somente por um contrato simples.

3.4 - NUMERO E TIPO DE INSTITUICOES CONVENIADAS

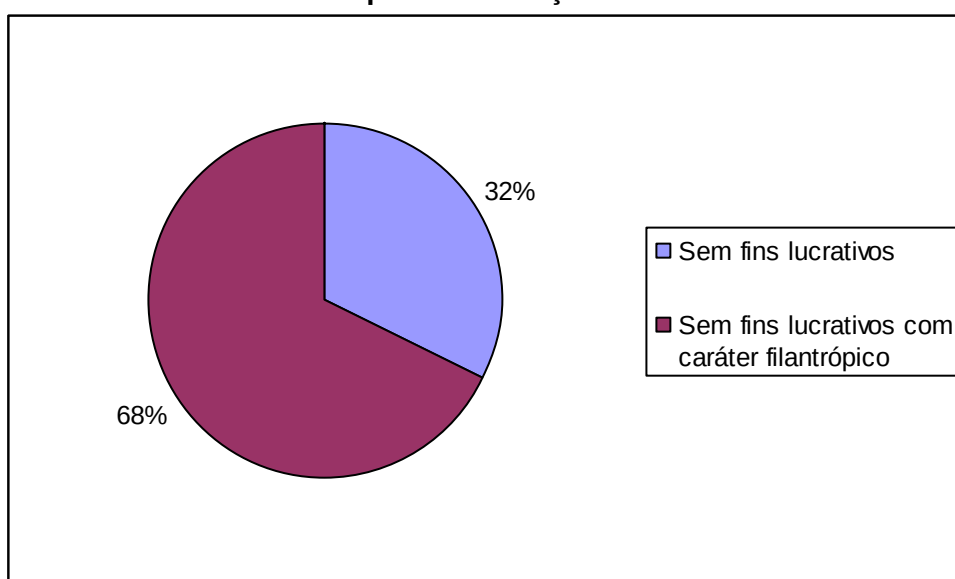
Observa-se que os dados referentes aos municípios, indicam que a maioria deles possui entre uma e duas instituições privadas com parceria com o poder público municipal, sendo do total, 56% com uma instituição conveniada e 44% com duas instituições conveniadas, como mostra o gráfico:

Gráfico 02: Número de instituições conveniadas nos municípios



Além do número de instituições parcerias, o que se destaca são os tipos de instituições conveniadas, sendo elas:

Gráfico 03: Tipo de instituições conveniadas



Pelos dados, 32% dos municípios apresentam parcerias com instituições sem fins lucrativos, o que equivale a 9 municípios, e 68% apresentam parcerias com instituições sem fins lucrativos, com caráter filantrópico, o que equivale a 19 municípios. Nenhum município apresentou parceria com instituição que possui fins lucrativos, e neste sentido, Domiciano (2009), aponta em sua pesquisa que dois municípios mantêm parcerias com fins lucrativos a fim de proteger o mercado educacional local, e ajudar na sua expansão.

Referindo-se a instituições sem fins lucrativos, Montañó (2005), afirma que essas instituições configuram-se no denominado “terceiro setor”, e formam um arranjo das ditas entidades públicas não estatais, porém, quem as rege são os setores privados.

Na posição contrária, Bresser-Pereira (ex-ministro), apoia e incentiva o chamado “público não-estatal”:

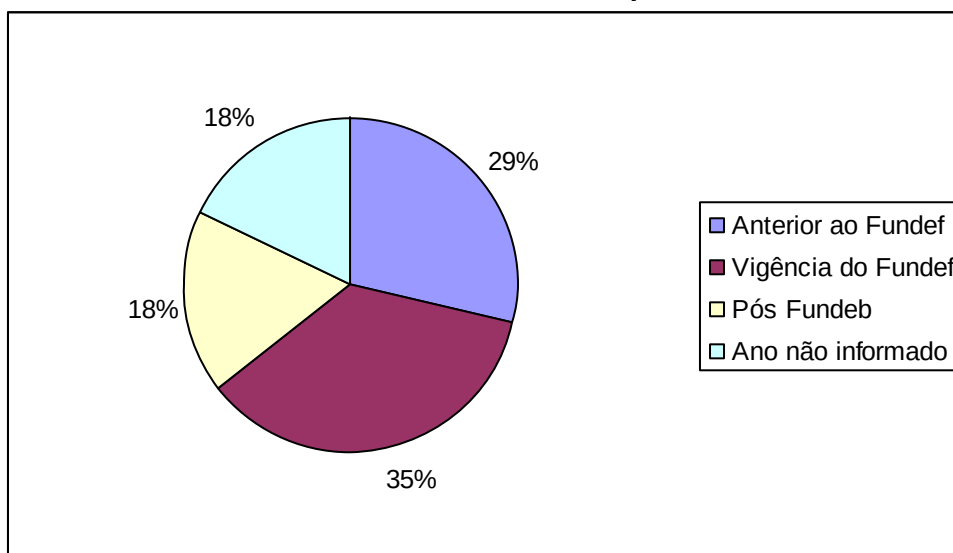
[...] o regime da propriedade pública não-estatal, é utilizar organizações de direito privado mas com finalidades públicas, sem fins lucrativos. “Propriedade pública”, no sentido de que se deve dedicar ao interesse público, que deve ser de todos e para todos, que não visa ao lucro; “não-estatal” porque não é parte do aparelho do Estado.
(BRESSER-PEREIRA, 2000, p.69)

3.5- ANO DE INICIO DAS PARCERIAS

O ano de inicio das parcerias são variados nos municípios, sendo o município de Garça como o que iniciou a parceria mais antiga apresentada (no ano de 1986) e o município de Casa Branca como o que iniciou a parceria mais recente (no ano de 2009).

No gráfico que se segue, é possível observar o ano de inicio das parcerias separados por períodos:

Gráfico 04: Ano do início das parcerias



Grande parte dos municípios iniciou a parceria durante a vigência do Fundef, o que pode ser explicado pelo fato de durante esse período, a educação infantil não ser tão visada, nem financiada, levando, portanto, para soluções mais

rápidas ou mais baratas, que são os casos dos convênios, e em alguns casos, a permissividade da legislação que vigora a respeito do assunto.

Segundo Adrião; Arelaro, Borghi (2009), durante o período equivalente a vigência do FUNDEF, a focalização de recursos no ensino fundamental e o processo de municipalização parecem ter influenciado negativamente a educação infantil. Pelos números anteriores ao FUNDEF, 29% do financiamento evidenciam a tradição dos convênios, e o período pós FUNDEB, 18% dos casos evidenciam a permissividade da lei.

Em todos os municípios a parceria ainda está em vigor, com exceção do município de Itaberá que encerrou o convênio no ano de 2009, com a justificativa de que as creches municipais que estavam em construção foram finalizadas, não necessitando mais das vagas conveniadas para atender a demanda.

3.6- SUBSIDIOS

Nas parcerias pesquisadas, um dos objetivos foi verificar a tendência em relação ao formato dos subsídios, que podem ser feitos através de repasse de verba, cessão de professores, prédio, material escolar, funcionários, dentre outros.

Na tabela abaixo, são identificados o formato de subsidio, município a município pesquisado.

Tabela 30: Subsídios das parcerias público-privado

Município	Tipo do subsídio	Valor
Araçariguama	Material pedagógico + merenda escolar + transporte escolar + funcionários + docentes	-
Areiópolis	Valor mensal fechado	*
Barra Bonita	*	*
Bastos	Valor <i>per capita</i>	R\$ 105,00 mensal
Caconde	Valor anual fechado + funcionários + docentes	R\$ 95.000
Cajuru	Valor <i>per capita</i> + funcionários	R\$ 135,42 mensal
Casa Branca	Valor anual fechado	R\$ 100.229,19
Cerqueira César	Valor anual fechado	*
Charqueada	Valor anual fechado + funcionários	R\$ 25.000,00
Chavantes	Docentes + funcionários + prédio	-

Cravinhos	Valor <i>per capita</i>	R\$ 200,00 mensal
Descalvado	Valor <i>per capita</i>	R\$ 165,00 mensal
Divinolândia	Valor fechado + funcionários + docente + prédio	R\$ 2000,00 mensal
Dracena	Valor anual fechado + docente	*
Espírito Santo do Pinhal	Valor anual fechado	R\$ 18.000,00 para uma instituição R\$ 21.000,00 para outra instituição
Fartura	Valor anual fechado	*
Garça	Valor <i>per capita</i>	R\$ 340,00 mensal
General Salgado	Valor anual fechado	R\$ 35.000,00
Guapiaçu	Valor <i>per capita</i> + funcionários	R\$ 100,00 mensal
Ibitinga	Valor anual fechado + funcionários	R\$ 70.000,00
Iguaraçu do Tietê	Valor anual fechado + docente + material pedagógico + curso de formação	R\$ 20.000,00
Itaberá	Valor anual fechado	*
Itirapina	Valor <i>per capita</i> + funcionários	R\$ 250,00 mensal
Ituverava	Valor anual fechado + docente + material pedagógico + curso de formação	*
Jacupiranga	Valor anual fechado + funcionários	R\$ 75.000,00
José Bonifácio	Valor <i>per capita</i> + prédio	R\$ 85,00 mensal
Juquitiba	Valor <i>per capita</i>	R\$ 180,00 mensal
Lucélia	Valor anual fechado	*

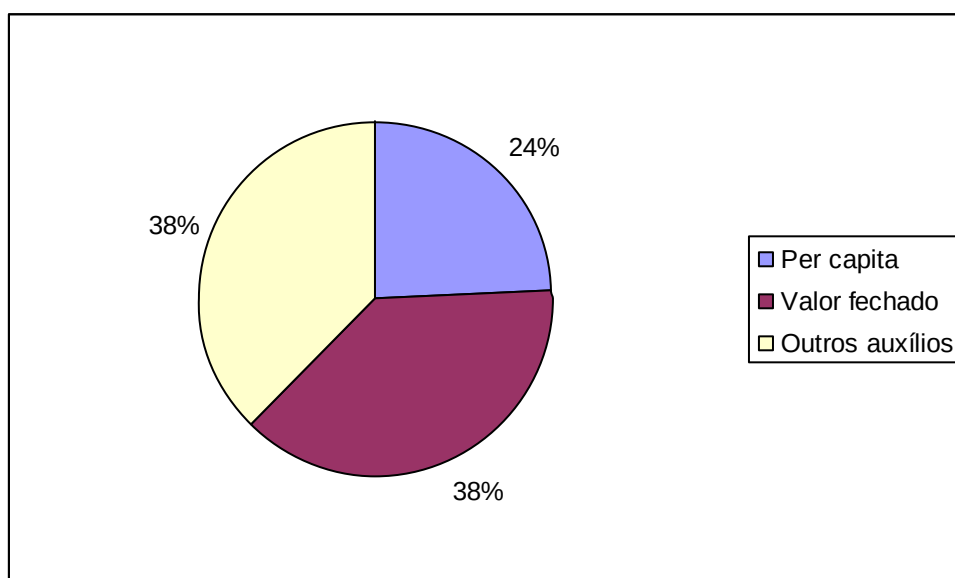
Fonte: ABDALLA, P. A.

Legenda: * Dado não informado.

- não recebe verba.

Muitos municípios recebem mais que um subsídio, como mostra o gráfico:

Gráfico 05: Tipo de subsidio



O tipo de subsídio varia de acordo com cada município, tendo uma boa parcela deles, que além de verba, recebem docentes, funcionários, merenda, transporte e outros, ou aquele que não recebe um valor direto, como é o caso do município de Araçariguama.

Parte dos municípios recebe um valor *per capita* – 24%, que varia entre R\$ 85,00 e R\$ 340,00, o que mostra a discrepância dos valores repassados. O município de Garça é o repassa o maior *per capita*, que é de R\$ 340,00.

Ainda a partir dos dados, é possível ver que boa parte dos municípios – 38% - recebe um valor fechado, seja ele mensal ou anual, que variam entre R\$ 18.000,00, como é o caso do município de Espírito Santo do Pinhal com o menor valor, e R\$ 100.229,19 com o maior valor como é o caso do município de Casa Branca. Segundo as informações das secretarias de educação de cada município, esse valor é estipulado segundo a legislação do Fundeb, que determina um valor a cada ano para ser repassado. Em 2009, o MEC estabeleceu os fatores de ponderação fixados em:

- I - creche em tempo integral:
 - a) pública: 1,10;
 - b) conveniada: 0,95;
- II - pré-escola em tempo integral: 1,20;
- III - creche em tempo parcial:
 - a) pública: 0,80;
 - b) conveniada: 0,80;
- IV - pré-escola em tempo parcial: 1,00. (BRASIL, 2009)

Para Adrião; Arelaro; Borghi; Garcia; (2009), nem sempre o valor repassado é o necessário, sendo este então inferior aos gastos com os alunos, e mostra o baixo investimento que se tem com os convênios.

Rosemberg (1999, p.31), entretanto, complementa que

A expansão a baixo investimento e a persistência de modelos institucionais diversificados – creches públicas e creches conveniadas, pré-escolas públicas e conveniadas, classes de alfabetização -, geralmente abrem possibilidades ao oferecimento simultâneo de serviços com qualidade extremamente desigual. É essa desigualdade no custeio/qualidade que penaliza crianças pobres [...]

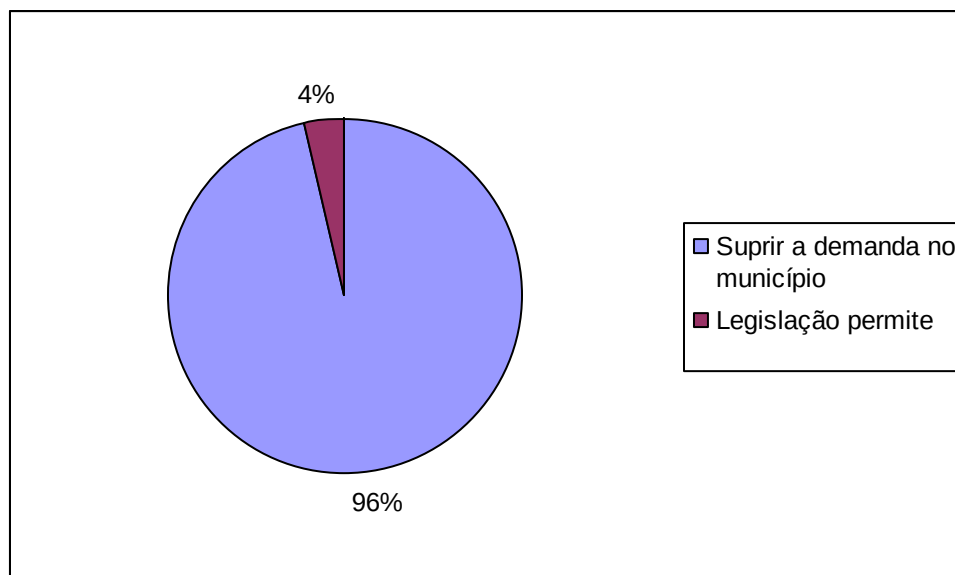
Ainda a partir do gráfico, é possível observar que 38% dos municípios contam com outros auxílios, que são: cessão de merenda, transporte escolar, funcionários, docentes, curso de formação e prédio.

Ressalta-se ainda, que alguns municípios recebem auxílio *per capita* ou valor anual fechado, conjuntamente com outros serviços.

3.7- JUSTIFICATIVAS

Nas justificativas para a opção pela parceria público-privado, a maioria das respostas encontradas se assemelham, como mostra o gráfico:

Gráfico 06: Justificativas para opção pela parceria público-privada



Nos dados apresentados, 96% dos municípios, tem como justificativa para a parceria público-privado, seja ela como convênio ou como contrato, suprir a demanda de vagas necessárias no município para atender a faixa etária que

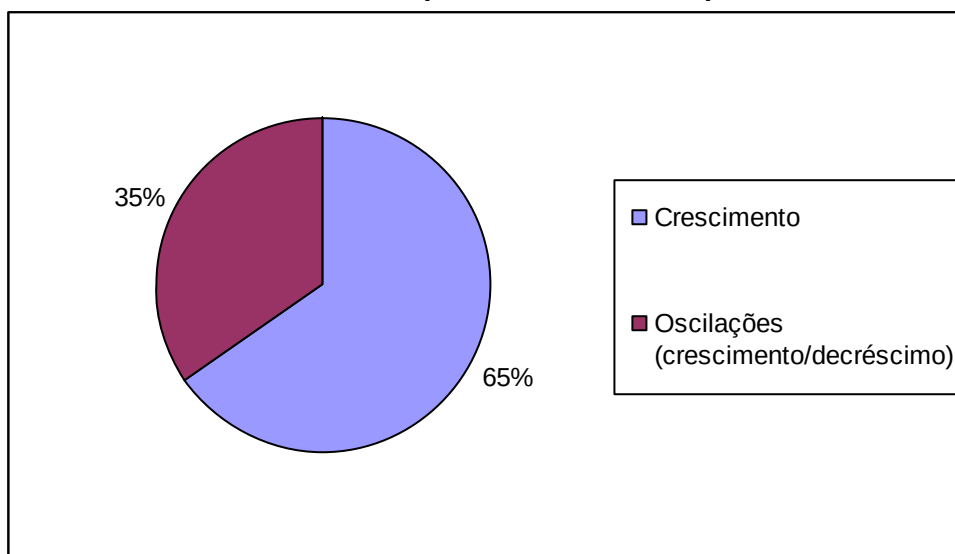
necessita, correspondente a 26 municípios. Apenas 1 município, correspondente a 4% do total, teve como justificativa a legislação, que de forma permissiva, facilita esse tipo de parceria.

No número populacional infantil na área urbana, município a município, já caracterizado no capítulo anterior, aponta que nenhum deles tem vagas suficientes para atender a população existente, ficando somente o município de Araçariguama capaz de atender somente a pré-escola com as matrículas públicas. Nos demais, os número de vagas oferecidas e o número de vagas que necessitam ficam em discrepância, chegando a *déficit* de até 1000 matrículas em alguns casos.

3.8- MATRICULAS PÓS FUNDEB

A partir dos dados das matrículas apresentados nos municípios no capítulo anterior, levando em consideração os anos de 2007 a 2009, apresenta-se:

Gráfico 07: Matrículas públicas em creche pós Fundeb

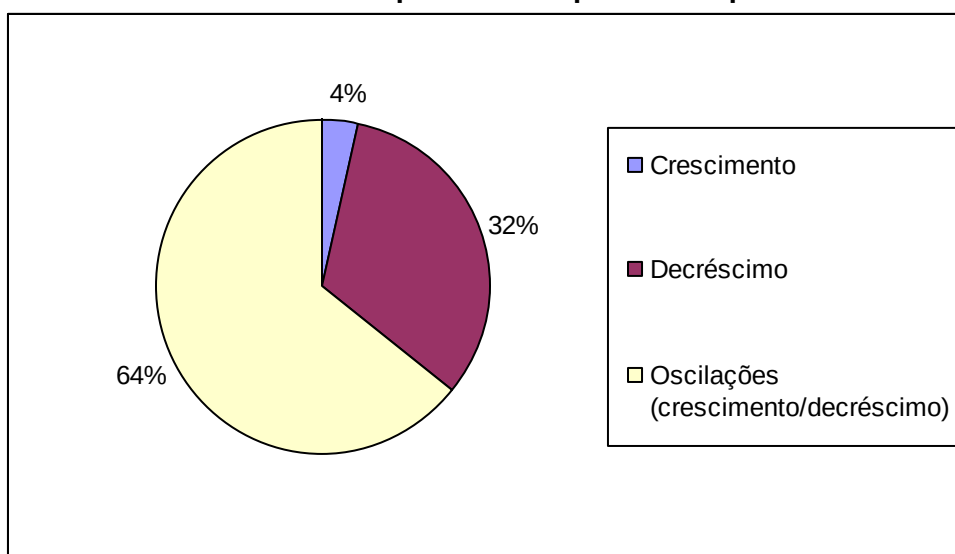


Pelos dados apresentados, é possível observar que após a implementação do Fundeb, as matrículas em creches municipais tendem a crescer, ficando esse crescimento de 65%, contra 35% de oscilações, sendo elas crescimento ou decréscimo no número de matrícula entre esse período. Nenhum dos municípios apresentou somente declínio no período.

Esse fator pode indicar que, como a maioria das matrículas dos convênios são contabilizadas como públicas, podem apontar que as oscilações e o crescimento, são favorecidos pela adoção das parcerias público-privado.

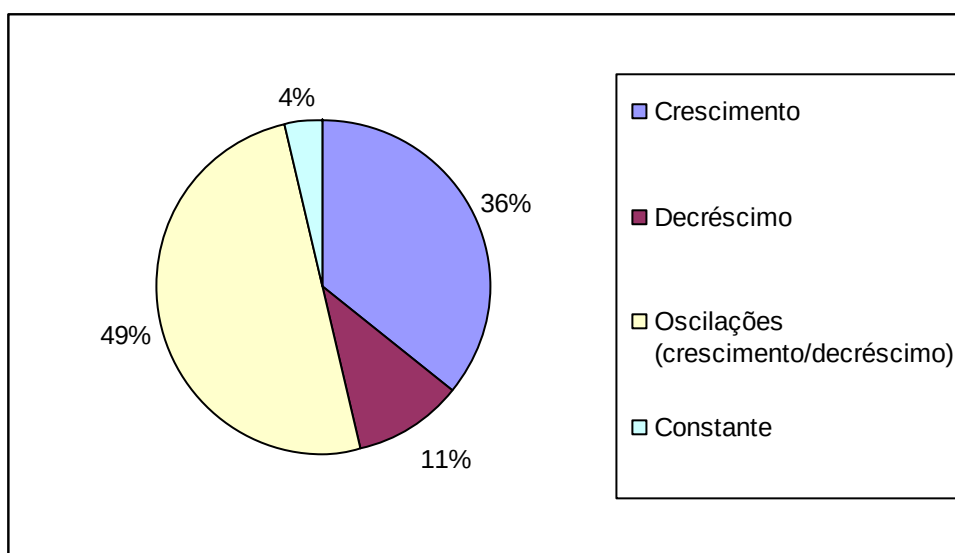
Para Domiciano (2009), dois problemas são apontados nessa situação das matrículas contabilizadas como públicas, onde o primeiro problema aponta para o repasse indevido de recursos do Fundeb as escolas conveniadas e o segundo problema para as imprecisões nos dados oficiais das matrículas, tanto públicas quanto privadas, dando uma idéia falsa da expansão da educação infantil no sentido público.

Gráfico 08: Matrículas públicas em pré-escola pós Fundeb



A partir dos dados, é possível ver que a tendência apresentada nos municípios foram as oscilações, que apresentam crescimentos e decréscimos variados. Esse fator pode ser influenciado por ser obrigatório o início do ensino fundamental aos 6 anos de idade, a partir da Lei n.º 11.114, de 2005, e muitos alunos estarem passando para outra etapa do ensino.

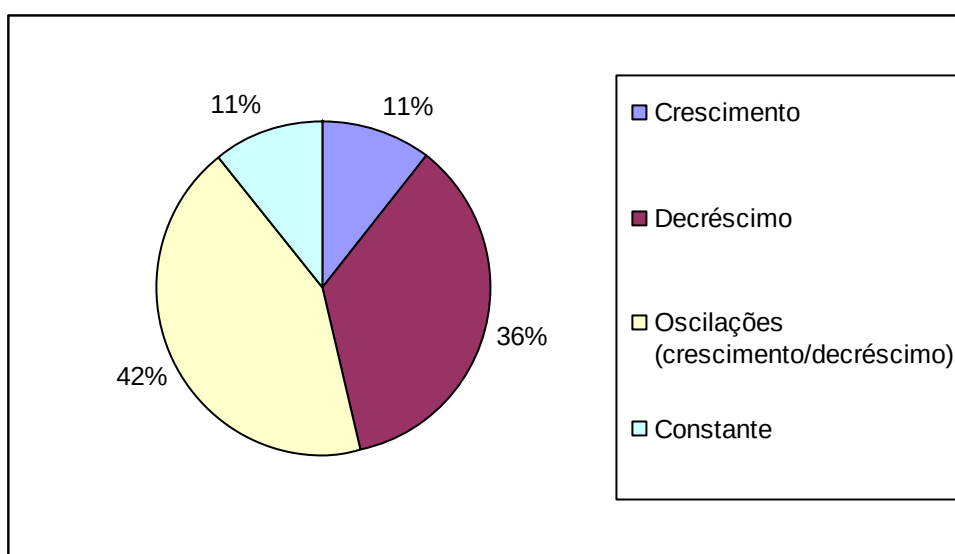
Gráfico 09: Matrículas privadas em creche pós Fundeb



A maioria das matrículas tem oscilações, podendo ter como fator relevante as parcerias estabelecidas nos municípios aqui estudados, tanto pelas matrículas relacionadas ao convênio constarem como públicas no censo escolar, ou pelo fato de se ter um crescimento maior a partir do vigor desses conveniamentos, ficando então, uma situação de ambigüidade na matrículas privadas.

Ainda assim, o crescimento mostrado no gráfico de 36%, mostra a expansão da rede privada após o Fundeb, que se mostra em maior escala que o período anterior de vigência do mesmo.

Gráfico 10: Matrículas privadas em pré-escola pós Fundeb



Nas matrículas privadas em pré-escolas as matrículas também estão em maioria oscilando entre decréscimo e crescimento, mas também pode representar

como indutor as parcerias estabelecidas, para aumentar ou diminuir o número, conforme são apresentadas ao censo escolar, como matrículas públicas ou provadas.

No caso da pré-escola, diferentemente da creche privada, o crescimento ainda é pequeno, e se iguala ao número constante, o que pode representar pouca expansão (mas não nula) desse setor.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações da sociedade mudaram o conceito e o sentimento da infância determinado historicamente.

Durante o século XIX houveram movimentos isolados, tanto nos Estados Unidos como na Europa, simbolizando a educação do pré-escolar. Na história da pré-escola, destaca-se a adequação da criança ao papel da escola.

A partir dos anos 30, nos Estados Unidos, o reconhecimento da educação pré-escolar aconteceu durante a depressão econômica, para o atendimento as crianças carentes.

Essa mesma idéia persistiu durante a Segunda Guerra Mundial, onde com a necessidade do trabalho feminino para ajudar na economia do país, viu-se a necessidade de um local para deixar as crianças, além de este oferecer cuidados médicos, de higiene, entre outros.

No Brasil, a formação das creches também seguiu esse rumo, tendo o forte caráter assistencialista.

A partir dos anos 20 em São Paulo, começaram a ser previstas leis que instalassem Escolas Maternais, onde seriam prestados cuidados aos filhos dos empregados de fábricas.

Na década de 30, a Inspetoria de Higiene Infantil é substituída pela Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, e o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública muda seu nome para Ministério da Educação e Saúde, e posteriormente muda o nome novamente para Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. Essas mudanças de nome mostram o forte assistencialismo ligado ao atendimento das crianças em sua educação pré-escolar. Além disso, com a mudança de nomes dos jardins-de-infância para instituição, se perde um pouco da visão desta ligada aos pobres, atendendo então a crianças de 2 a 4 anos de idade, enquanto o jardim-de-infância atende a faixa etária de 5 a 6 anos. Incorpora-se depois às instituições crianças de 0 a 6 anos, divididas em berçário, maternal, jardim e pré-escola.

Nos anos 40, o Departamento Nacional da Criança é criado para estabelecer as normas para o funcionamento das creches. Ainda nessa década, são criados os jardins-de-infância em Porto Alegre, que a partir do pensamento de Froebel, atendiam crianças de 4 a 6 anos de idade em meio turno. Em 1942, surge a Casa da Criança, planejada pelo DNCR, tinha como proposta reunir a creche,

escola maternal, jardim de infância e outras instituições infantis em uma. DNCR, integrante do Ministério da Saúde, é substituído em 70 pela Coordenação de Proteção Materno-Infantil.

Em 1967, os Centros de Recreação atendiam crianças de 2 a 6, em caráter emergencial, seguindo as orientações da UNICEF.

A partir da década de 70, começaram as mudanças mais significativas para a educação pré-escolar, como o surgimento da EMEI, e os parques infantis em 1975, tendo forte expansão da oferta e no atendimento. Em 1977, o Projeto Casulo, desenvolveu atividades voltadas para a orientação familiar, pois como o atendimento a essas crianças era visto pela quantidade e não pela qualidade, acabava por precarizar ainda mais.

Já em 80, o MEC, através de seus textos passa a falar da educação pré-escolar de 0 a 6 anos como obrigatória, e a Constituição Federal de 88 vem como uma forma de garantia desta educação, tornando-a dever do Estado, legitimando o atendimento infantil.

Em 90, deu-se maior ênfase na educação das crianças pequenas. Com o estabelecimento da LDB, com a obrigatoriedade da educação infantil, é passada a ser oferecida em creches e pré-escolas. No que se refere ao seu financiamento, o mesmo documento destina os recursos públicos para atender as escolas públicas, podendo também ser destinados a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que declarem não ter fins lucrativos. Dessa forma, começam a ser possibilitados os convênios.

Ainda em 1996, é aprovada a criação do FUNDEF, que com a priorização do ensino fundamental quanto ao seu financiamento, deixa a educação infantil em segundo plano. Porém em 2007, este Fundo é substituído pelo FUNDEB, que vem com o intuito da valorização também do ensino infantil, garantindo assim o seu financiamento. No entanto, esse financiamento também é permitido a creches e pré-escolas privadas sem fins lucrativos, considerando-se então, que se pode haver a ampliação do atendimento realizado via convênio, sob justificativas de eficiência e menor custo.

Assim, experiências de parcerias público-privado se ampliam, subsidiadas pelo poder público, ficando este responsável por financiar parte ou total deste atendimento, naturalizando o repasse de recursos públicos as instituições privadas.

Nos municípios apresentados nesta pesquisa, observou-se que após a implementação da LDB e o prazo de três anos para integração da educação infantil em seu sistema de ensino, muitos o fizeram, sendo estes 49% do total dos municípios, e os outros integraram posteriormente, mas todos integram o sistema municipal de educação.

Com relação aos convênios, 25 dos 28 municípios estudados utilizam como normatização da parceria o convênio e dois por contrato (Areiópolis e Itaberá), sendo o convênio a estratégia para garantir a educação infantil em muitos municípios, que por terem um pequeno número populacional, contam com poucas instituições educacionais. Em 2009, o MEC lança um documento com as orientações para os convênios, como forma de formalização destes.

Nos municípios, todos apresentam no máximo duas instituições conveniadas, ficando onze municípios com duas instituições e quinze com uma instituição parceira. Destes, nove são parceiros de instituições sem fins lucrativos e dezenove sem fins lucrativos com caráter filantrópico.

A parceria tem início em anos diversos, mas a maioria se iniciou durante a vigência do Fundef, e o foco dos recursos voltado ao ensino fundamental. Em todos os municípios a parceria ainda está em vigor, com exceção do município de Itaberá que encerrou o convênio no ano de 2009.

O subsídio repassado aos municípios é diverso, como repasse de verba per capita, valor anual fechado, cessão de professores, funcionário, material pedagógico dentre outros. Muitos municípios recebem mais que um subsídio. Parte deles recebe um valor *per capita*, e as diferenças nos valores repassados são grandes. O município de Garça é o repassa o maior *per capita*, que é de R\$ 340,00. O que se destaca é que muitos também recebem um valor anual fechado, onde os valores também se diferem em grande escala.

Como justificativas para a opção pelos convênios, 26 municípios alegam a falta de vagas na rede municipal e 1 aponta a legislação permissiva para esse tipo de parceria.

As matrículas, referentes ao creches públicas posterior a implementação do Fundeb tendem a crescer nos municípios aqui estudados. Dessa forma, esse crescimento pode estar ligado ao fato de que as matrículas conveniadas são contadas como públicas. Na pré-escola, as matrículas oscilam de forma significativa, influenciadas pelo ensino de nove anos e a obrigatoriedade de ingresso ao ensino fundamental com 6 anos de idade. Na esfera privada, as

matrículas da creche e da pré-escola oscilam, mas isso pode significar uma dúvida quanto seu crescimento ser alavancado pelo conveniamento ou se o seu decréscimo é justificado pelas matrículas privadas constarem como públicas.

Assim, observamos que os convênios, legitimados pela atual legislação e impulsionados tanto pela esfera pública e/ou privada, estão em expansão, e em alguns municípios representam a única forma de atender a essa faixa etária, mostrando o equívoco de muitos municípios de aderir a esse tipo de atendimento municipal, e repassar as verbas municipais para esses fins, ao invés de investir para a construção e manutenção de instituições públicas.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, T.; ARELARO, L, BORGHI, R.;. **A relação público-privada na oferta da educação infantil:** continuidades e rupturas. Mimeo, 2009.

ADRIÃO, T.; ARELARO, L. R. G, BORGHI, R. F.;. **A relação público-privada na oferta da educação infantil: continuidades e rupturas.** In: XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação, 2009, Vitória. Direitos Humanos e Cidadania: desafios para as políticas públicas e a gestão democrática da educação, 2009. p. 1-19.

BEZERRA, E. **Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga:** estratégias para a oferta do ensino? 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

BORGHI, R. **Oferta Educacional nas creches:** Arranjos Institucionais entre o Público e Privado. Projeto de Pesquisa, 2009.

BRASIL, MEC/SEB. **Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para oferta de educação infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 14**, de 12 de setembro de 1996. Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm> Acesso em 21/09/2011.

BRASIL. **Lei n.º 11.114**, de 06 de novembro de 2005. Altera os artigos 06, 30, 32 e 87 da Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seus anos de idade. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm> Acesso em: 17/06/2011.

BRASIL. **Lei n.º 11.274**, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm> Acesso em:17/06/2011.

BRASIL. **Lei n.º 11.494**, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá

outras providências. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/fundeb-legislacao>> Acesso em 17/06/2011.

BRASIL. **Lei n.º 8.666**, de 13 de julho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm> Acesso em: 14/06/2011.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 15/06/2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O modelo estrutural de gerência pública**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 42(2): 391-410, mar/abr, 2008.

CAMPOS, M. M.; FULLGRAF, J.; WIGGERS, V. **A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa**. Cadernos de Pesquisa, vol.36, n.127, p. 87-128, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0536127.pdf>>. Acesso em: 20/06/2011.

CAMPOS, M.M.M; PATTO, M.H.S.; MUCCI, C. **A creche e a pré-escola**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (39): 35-42, Nov. 1981.

CORREA, B.; ADRIÃO, T. **Direito à educação de crianças de até 6 anos enfrenta contradições**. Revista ADUSP, p. 6 – 13, set. 2010

CORRÊA, Bianca Cristina **A educação Infantil**. In: OLIVEIRA, R.P; ADRIÃO, T. (Orgs). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2007, p. 13-30.

DOMICIANO, C A. P. **O Programa 'Bolsa Creche'**: Um estudo comparativo dos municípios paulistas de Hortolândia e Piracicaba. Texto de Qualificação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista - RC, 2009.

FILGUEIRAS, C.A.C. **A creche comunitária na nebulosa da pobreza**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.88, p. 18-29, fev. 1994.

FULLGRAF, J. B. G. **O lugar da educação infantil na sociedade contemporânea**. Ciên. Let., Porto Alegre, n. 43, p. 25- 40, jan/jun, 2008.

GREPPE. Banco de dados “Municípios paulistas e parcerias com setor privado (1996-2009)”. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/educacao/greppe/>.

IBGE. Censo 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=310/tabela13_1.shtm&uf=35> acesso em 12/07/2011.

IBGE. Cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 03/07/2011.

IBGE. Estados@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp>> Acesso em 12/07/2011

IDE. Indicadores Demográficos e Educacionais. Disponível em <<http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/3502754>> acesso em 03/09/2011.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KRAMER, Sonia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil**: educação infantil e é fundamental. *Educação e Sociedade*, vol. 27, n. 96, p. 797-818, out. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a09v2796.pdf>. Acesso em: 20/07/2011.

KUHLMANN Jr., M. **Histórias da educação infantil brasileira**. *Revista Brasileira de Educação*, s/v, n. 14, maio/ago. 2000. Disponível em: <www.anped.org.br/rbe/rbedigital/.../rbde14_03_moyses_kuhlmann_jr.pdf>. Acesso em: 21/07/2011.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 288 p.

MUNICÍPIO DE GENERAL SALGADO. http://www.guiadecachoeiras.com.br/conteudo_cidades.php?cod_cidade=55&cod_tipo=1&cidade=GENERAL%20SALGADO , 27/07/2011.

MUNICÍPIO DE IGARAÇU DO TIETÊ. Disponível em <http://www.brasilocal.com/sao_paulo/jau/igaracu_do_tiete.html> acesso em 17/07/2011.

MUNICÍPIO DE LUCÉLIA. Disponível em: <<http://www.nossalucelia.com.br/>> acesso em 18/07/2011.

OLIVEIRA, J. S. **Fundef e Fundeb**: ampliação da oferta de vagas na educação infantil via convênios/parcerias? In: Intercâmbio: "Federalismo e Políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil" , 2010, Curitiba, Anais...Paraná: UFPR, 2010.

OLIVEIRA, R. P. O financiamento da educação. In: OLIVEIRA, R.; ADRIÃO, T. (org). **Gestão, financiamento e direito a educação**. 3 ed., São Paulo: Xamã, 2007, p. 83-122.

OLIVEIRA. D. A; **A reestruturação do trabalho docente**: precarização e flexibilização. *Educ. Soc. Campinas*, vol. 25, n.º 89, p. 1127-1144, set/dez.

PINTO, J. M. R. **A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 877-897, out. 2007

PREFEITURA DE ARAÇARIGUAMA. Disponível em:
<<http://www.aracariguama.sp.gov.br/>> acesso em 14/07/2011

PREFEITURA DE AREIÓPOLIS. Disponível em:
<<http://www.areiopolis.sp.gov.br/>> acesso em 14/07/2011

PREFEITURA DE BARRA BONITA. Disponível em:
<<http://www.barrabonita.sp.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100135060>> acesso em 14/07/2011

PREFEITURA DE BASTOS. Disponível em: < <http://www.bastos.sp.gov.br/>> acesso em 14/07/2011.

PREFEITURA DE CACONDE. Disponível em: < <http://www.caconde.sp.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100135099>> acesso em 15/07/2011.

PREFEITURA DE CAJURU. Disponível em: < <http://www.cajuru.sp.gov.br/>> acesso em 15/07/2011.

PREFEITURA DE CASA BRANCA. Disponível em:
<<http://www.casabranca.sp.gov.br/>> acesso em 15/07/2011.

PREFEITURA DE CERQUEIRA CÉSAR. Disponível em:
<<http://www.cerqueiracesar.sp.gov.br/>> acesso em 15/07/2011.

PREFEITURA DE CHARQUEADA. Disponível em:
<<http://www.charqueada.sp.gov.br/>> acesso em 15/07/2011.

PREFEITURA DE CHAVANTES. Disponível em: < <http://www.chavantes.sp.gov.br/>> acesso em 15/07/2011.

PREFEITURA DE CRAVINHOS; Disponível em:
<<http://www.cravinhos.sp.gov.br/>> acesso em 15/07/2011.

PREFEITURA DE DESCALVADO. Disponível em:
<<http://www.descalvado.sp.gov.br/>> acesso em 15/07/2011.

PREFEITURA DE DIVINOLÂNDIA. Disponível em:
<<http://www.divinolandia.sp.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100135156>> acesso em 15/07/2011.

PREFEITURA DE DRACENA. Disponível em: <<http://www.dracena.sp.gov.br/>> acesso em 17/07/2011.

PREFEITURA DE ESPIRITO SANTO DO PINHAL. Disponível em
<<http://www.pinhal.sp.gov.br/>> acesso em 17/07/2011.

PREFEITURA DE FARTURA. Disponível em: <<http://www.fartura.sp.gov.br/>> acesso em 17/07/2011.

PREFEITURA DE GARÇA. Disponível em: <<http://www.prefgarca.sp.gov.br/html/>> acesso em 17/07/2011.

PREFEITURA DE GUAPIAÇU. Disponível em <<http://www.guapiacu.sp.gov.br/>> acesso em 17/07/2011.

PREFEITURA DE IBITINGA. Disponível em: <<http://www.prefeituraibitinga.com.br/web/>> acesso em 17/07/2011.

PREFEITURA DE IGUARAÇU DO TIETÊ. Disponível em <<http://www.igaracudotiete.sp.gov.br/>> acesso em 17/07/2011.

PREFEITURA DE ITABERÁ. Disponível em: <<http://www.itabera.sp.gov.br/>> acesso em 17/07/2011.

PREFEITURA DE ITIRAPINA. Disponível em: <<http://www.itirapina.sp.gov.br/portal/>> acesso em 17/07/2011.

PREFEITURA DE ITUVERAVA. Disponível em: <<http://www.ituverava.sp.gov.br/>> acesso em 17/07/2011.

PREFEITURA DE JACUPIRANGA. Disponível em: <<http://www.jacupiranga.sp.gov.br/>> acesso em 17/07/2011.

PREFEITURA DE JOSÉ BONIFÁCIO. Disponível em: <<http://www.josebonifacio.sp.gov.br/>> acesso em 17/07/2011.

PREFEITURA DE JUQUITIBA. Disponível em: <<http://www.juquitiba.sp.gov.br/>> acesso em 17/07/2011.

ROSEMBERG, F. **Expansão da educação infantil e processos de exclusão.** Cadernos de Pesquisa, nº 107, p. 7-40, jul/1999.

SEADE. Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <http://www.seade.sp.gov.br/produtos/pibmun/tab_2008.htm> acesso em 27/07/2011.